



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**

Minuta de Acordo de Cooperação

**ACORDO
DE
COOPERAÇÃO
Nº
XX/2021
QUE
ENTRE
SI
CELEBRAM
O
INSTITUTO
CHICO
MENDES
DE
CONSERVAÇÃO
DA
BIODIVERSIDADE
–
ICMBIO
E
O
FUNDO
BRASILEIRO
PARA
A
BIODIVERSIDADE,
VISANDO
EXPLICITAR
AS
ATRIBUIÇÕES
E
RESPONSABILIDADES
DAS
PARTES
PARA
A
IMPLEMENTAÇÃO
DO
PROJETO
“ESTRATÉGIAS
DE
CONSERVAÇÃO,
RESTAURAÇÃO
E
MANEJO**

**PARA
A
BIODIVERSIDADE
DA
CAATINGA,
PAMPA
E
PANTANAL
(GEF-
TERRESTRE)”,
COM
A
INTERVENIÊNCIA
DA
UNIÃO,
REPRESENTADA
PELO
MINISTÉRIO
DO
MEIO
AMBIENTE.**

O INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio, Autarquia Federal, criada pela Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, com inscrição no CNPJ sob o nº 08.829.974/0001-94, vinculado ao **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**, com sede na EQSW Complexo Administrativo Sudoeste 103/104, nº 1, Bloco C, subsolo, Torre 4, Sudoeste, Brasília/DF, CEP 70.670-350 e jurisdição em todo o Território Nacional, doravante simplesmente denominado **ICMBio**, neste ato representado por seu Presidente, **MARCOS DE CASTRO SIMANOVIC**, nomeado pela Portaria nº 1.280, de 9 de novembro de 2021, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e publicada no Diário Oficial da União de 10 de novembro de 2021, Seção 02, página 01, e o **FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 03.537.443/0001-04, com sede na Rua Voluntários da Pátria nº 286, 5º andar e 6º andar, sala 603, Botafogo, CEP 22.270-014, Rio de Janeiro/RJ, doravante denominado **FUNBIO**, neste ato representado por sua Secretária Geral, **ROSA MARIA LEMOS DE SÁ**, brasileira, divorciada, ecóloga, portadora da cédula de identidade nº M – 750.784, expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob o nº 317.697.566-04, com a interveniência da **UNIÃO**, representada pelo **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**, doravante denominado **MMA**, órgão da Administração Pública Federal, nos termos da Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019 e do Decreto nº 9.672, de 2 de janeiro de 2019, inscrito no CNPJ sob o nº 37.115.375/0001-07, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco “B”, Brasília/DF, CEP: 70.068-900, neste ato representado pelo Ministro do Meio Ambiente, **JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 17199545-4, SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 144.002.098-14, nomeado pelo Decreto Presidencial S/N, de 23 de junho de 2021, publicado no Diário Oficial da União – Extra, em 23 de junho de 2021, considerando a necessidade de implementação do “Projeto Estratégias de conservação, restauração e manejo para a biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal (GEF-Terrestre)”, **RESOLVEM** celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO**, que será regido pelos princípios de direito público e pela Lei 13.019/2014 e sua posterior alteração pela Lei 13.204/2015, observado o disposto no seu art. 31, inciso I, bem como pelo Decreto 8.726/2016, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Acordo de Cooperação tem por objeto o estabelecimento de cooperação técnica entre o **ICMBio** e o **FUNBIO**, para a implementação das atividades do “**Projeto** Estratégias de conservação, restauração e manejo para a biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal (GEF-Terrestre)”, em consonância com o **Manual Operacional do Projeto (MOP)**.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEFINIÇÕES

2.1 “**Projeto** Estratégias de conservação, restauração e manejo para a biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal (GEF-Terrestre)”: **Projeto** executado pelo **FUNBIO** e

coordenado tecnicamente pelo Ministério do Meio Ambiente para apoio a implementação de estratégias de conservação, restauração e manejo para a biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal. Estas estratégias integram um plano de ação amplo, contando com diferentes instrumentos de políticas públicas para a biodiversidade, tais como Unidades de Conservação (UCs), Planos de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção (PANs), e Planos de Recuperação da Vegetação Nativa.

2.2 Unidade de Coordenação do Projeto (UCP): instância executiva instituída no MMA, para o exercício das atividades de coordenação, planejamento, execução e monitoramento técnicos do **Projeto GEF-Terrestre**.

2.3 FUNBIO: associação civil sem fins lucrativos certificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, e designada pelo MMA, por meio do presente acordo, para exercer a execução técnica, financeira, fiduciária e de aquisições, e o monitoramento e avaliação das atividades desenvolvidas no âmbito do **Projeto GEF-Terrestre**, em conformidade com os termos do Convênio de Financiamento Não-Reembolsável.

2.4 Fundo Global para o Meio Ambiente - Global Environment Facility (GEF): desempenha a função de mecanismo financeiro da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), entre outras Convenções, com a finalidade de prover recursos adicionais para a execução de **Projetos** que beneficiem o meio ambiente global, caracterizado como **Doador** de recursos para o **Projeto**.

2.5 Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID): Agência Implementadora do **Projeto**, atuando como administrador fiduciário do GEF para o **Projeto GEF-Terrestre**.

2.6 Plano Operativo - PO: documento que estabelece as metas, atividades e cronogramas detalhados para execução do **Projeto**.

2.7 Órgãos Gestores: órgãos governamentais responsáveis pela condução das políticas e ações ambientais e pela administração das unidades de conservação dos diversos entes federativos.

2.8 Proposal for Operations Development (POD): é o documento preparado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, que especifica as atividades, recursos e cronograma para preparação e supervisão do **Projeto**. O **POD** inclui os objetivos e metas, matriz de resultados e o plano de monitoramento e avaliação do **Projeto**.

2.9 Manual Operacional do Projeto - MOP: instrumento que objetiva orientar os procedimentos a serem adotados para a execução do **Projeto**, estabelecendo as suas rotinas, atividades e procedimentos, o qual deve ser observado por parte do **FUNBIO, BID, MMA**, demais parceiros e beneficiários.

2.10 Unidades Operativas do Projeto - UOs: responsáveis pela elaboração e execução do Plano Operativo das atividades-fim do **Projeto**, são **Unidades Operativas** os órgãos gestores estaduais das Unidades de Conservação apoiadas pelo **Projeto**, no MMA o Departamento de Áreas Protegidas – **DAP/MMA**, o Departamento de Espécies – **DESP/MMA** e o Departamento de Ecossistemas – **DECO/MMA**, o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - **JBRJ**, e no **ICMBio** as Unidades de Conservação federais apoiadas pelo **Projeto**, e Diretorias envolvidas na implementação de ações do Projeto.

2.11 Unidade de Conservação - UC: definida pela Lei nº 9985/00, Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, art. 2º, inciso I, como o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob o regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

2.12 Relatórios Semestrais de Progresso: Relatório elaborado pelo **FUNBIO** e aprovado pelo MMA, a partir das informações técnicas e financeiras relativas às **Unidades Operativas** do **Projeto**, bem como de informações referentes à execução financeira do **Projeto** geradas pelo próprio **FUNBIO**, e contemplando a análise de desempenho em relação às metas do **Projeto**, no formato previsto no **MOP**.

2.13 Comitê Consultivo do Projeto (Comitê Executor): instância consultiva do Projeto, composta por representantes do MMA, ICMBio, JBRJ e órgãos gestores estaduais. Atua com a função de acompanhar a execução do Projeto e propor recomendações para um eficiente andamento do Projeto. As principais atribuições do Comitê Consultivo são: (i) acompanhar o planejamento, execução e monitoramento de todos os componentes do Projeto; (ii) analisar o impacto das atividades do Projeto sobre os resultados e indicadores do Projeto a fim de monitorar os avanços do Projeto em relação às metas; (iii) orientar as unidades operativas para a implementação das atividades sob sua responsabilidade repassando as

diretrizes do Projeto à equipe local; e (iv) auxiliar na resolução de problemas que possam inviabilizar ou diminuir o ritmo de execução do projeto. O detalhamento dessas funções está estabelecido no Manual Operacional do Projeto.

2.14 Comitê Estratégico: Instância de coordenação máxima do Projeto, responsável por deliberar sobre metas, indicadores, orçamento, procedimentos, diretrizes critérios e arranjos de participação relacionados ao Projeto. As principais atribuições do Comitê Estratégico são: (i) acompanhar e avaliar os resultados e indicadores do Projeto; (ii) articular a participação dos órgãos governamentais federais e dos governos estaduais e participantes do Projeto; (iii) analisar as recomendações do Comitê Consultivo e deliberar sobre estas; e (iv) propor ações estratégicas para melhorar a execução e alcance de resultados do Projeto. A composição e o detalhamento das atribuições do Comitê Estratégico estão estabelecidos no Manual Operacional do Projeto.

2.15 Tracking Tool é uma ferramenta de avaliação de efetividade de gestão de unidades de conservação baseada no modelo desenvolvido pela Comissão Mundial de Áreas Protegidas (CMAP) da União Internacional pela Conservação da Natureza (UICN), utilizada em todos os Projetos de áreas protegidas financiados com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF).

2.16 Convênio de Financiamento Não-Reembolsável é o instrumento legal celebrado pelo BID e o FUNBIO, em 22 de maio de 2018, que regula os termos e condições para a concessão do financiamento não reembolsável do BID/GEF ao FUNBIO, tendo a República Federativa do Brasil, por intermédio do MMA, como beneficiário das ações do Projeto

2.17 Financiamentos paralelos: São os recursos adicionais ao valor do financiamento não-reembolsável do GEF nos termos do Convênio de Financiamento Não-Reembolsável. Estes financiamentos paralelos são as contrapartidas financeiras e não financeiras do MMA e dos demais participantes do Projeto.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES DOS PARTICÍPES

3.1 A fim de alcançar os objetivos estabelecidos neste Acordo, constituem atribuições dos partícipes, no âmbito de suas respectivas competências institucionais:

3.2 Compete ao **ICMBio**:

3.2.1 Executar tecnicamente as ações do **Projeto** acordadas e planejadas em conjunto com a Unidade de Coordenação do **Projeto (UCP)** e **FUNBIO**, de acordo com o Manual Operacional do Projeto (**MOP**) e outros manuais ou roteiros que venham a ser estabelecidos pelo **BID, FUNBIO** e **UCP**;

3.2.2 Manter equipe técnica e administrativa mínima para o exercício das atividades definidas junto à **UCP**;

3.2.3 Promover a articulação com parceiros locais que possam contribuir com a execução do **Projeto** e alcance dos resultados e metas estabelecidos;

3.2.4 Manter pontos focais do ICMBio no **Projeto** atuante a fim de garantir o fluxo de comunicação sobre as ações do Projeto internamente, com a **UCP** e **FUNBIO**;

3.2.5 Participar das reuniões do Projeto em que for convocado para fins de planejamento, capacitação e monitoramento do **Projeto**;

3.2.6 Planejar e executar o Plano Operativo (**PO**) do **Projeto**, por meio do sistema de informações do **FUNBIO** disponibilizado ao **Projeto** (sistema Cérebro);

3.2.7 Fornecer ao **FUNBIO** e à **UCP**, quando solicitado, informações técnicas e financeiras, inclusive de contrapartida, relativas à execução do Projeto, dentro dos prazos e formato estabelecidos, para fins de elaboração dos relatórios semestrais de Progresso;

3.2.8 Preencher e atualizar periodicamente as informações requeridas pela ferramenta **Tracking Tool** do GEF para monitoramento do **Projeto**, incluindo as informações financeiras e de gestão do sistema estadual de Unidades de Conservação;

3.2.9 Definir as especificações técnicas e fornecer os subsídios técnicos para auxiliar o FUNBIO na elaboração dos termos de referência relativos à consecução das atividades sob sua responsabilidade, previstas no **PO** do **Projeto**;

3.2.10 Acompanhar, avaliar e aprovar os produtos contratados e desenvolvidos no âmbito das atividades sob sua responsabilidade;

3.2.11 Zelar pela correta e adequada utilização dos bens adquiridos e doados

ao **ICMBio** pelo **FUNBIO** durante a execução do Projeto, devendo os bens adquiridos destinar-se exclusivamente aos fins do Projeto. Concluída a execução do Projeto, os bens utilizados nessa execução poderão ser empregados para outros fins;

3.2.12 Envidar esforços para garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas no Projeto após o término de sua execução;

3.2.13 Conhecer as políticas aplicáveis e salvaguardas do **Projeto**, e garantir seu cumprimento nas ações que competem ao **ICMBio**;

3.2.14 Cumprir os compromissos de contrapartida no âmbito do Projeto.

3.3 Compete ao **FUNBIO**:

3.3.1 Realizar a gestão financeira e operacional do Projeto, contemplando a execução e monitoramento das atividades do **Projeto**, com eficiência, transparência e de acordo com as regras definidas no **MOP**, no **POD** e no **Convênio de Financiamento Não-Reembolsável**;

3.3.2 Manter equipe técnica e administrativa qualificada e em número adequado, para o desenvolvimento de suas atribuições enquanto gestor financeiro e operacional do **Projeto**, garantindo a sua plena execução;

3.3.3 Implementar as ações relativas à execução do **Projeto** em conformidade com as diretrizes do **Comitê Estratégico**, orientações da **UCP/MMA** e com as recomendações do **Comitê Consultivo**, salvo nos casos em que contrariem sua missão institucional, suas diretrizes, seus objetivos, seu estatuto, seu regimento interno, ou seu *modus operandi*;

3.3.4 Conduzir o processo de planejamento e alocação de recursos nos Planos Operativos (**PO**) do **Projeto**, sob coordenação e orientação do **MMA**, e em conjunto com as **Unidades Operativas**;

3.3.5 Revisar os **POs** propostos pelo **MMA** e demais **Unidades Operativas**, no que tange à elegibilidade dos insumos planejados em relação às regras acordadas com o **BID**;

3.3.6 Consolidar os **POs** elaborados pelo **MMA** e demais **Unidades Operativas**, e enviar ao **MMA** para aprovação, para posterior envio ao **BID**;

3.3.7 Estruturar o **PO** consolidado aprovado pelo **MMA** no sistema de informações do **FUNBIO** disponibilizado ao **Projeto** (sistema Cérebro), bem como adotar os procedimentos necessários para torná-lo operacional nos prazos determinados no **MOP**;

3.3.8 Elaborar Plano de Aquisições e Contratações a partir do **PO** consolidado do **Projeto**, a ser submetido ao **BID** para aprovação, e divulgá-lo ao **MMA** e às demais **Unidades Operativas** após a sua aprovação;

3.3.9 Identificar, com o apoio das **UOs**, os fornecedores e prestadores de serviços locais necessários a consecução das atividades do Projeto, a partir das demandas constantes no Plano de Aquisições e Contratações do Projeto, devendo observar as políticas e procedimentos do **BID**;

3.3.10 Promover a capacitação das equipes do **MMA** e das demais **Unidades Operativas** apoiados nos procedimentos operacionais do **Projeto**;

3.3.11 Organizar e realizar os processos de aquisição e contratação necessários à consecução das atividades do Projeto, de acordo com as Políticas de Aquisição do **BID**, incluindo o desenvolvimento de especificações técnicas, a divulgação dos editais, o recebimento e pré-classificação das propostas técnicas e financeiras conforme critérios definidos em edital, o encaminhamento das propostas recebidas e pré-classificadas para que o demandante as avalie; o recebimento do resultado final do processo de seleção enviado pelo demandante; e a comunicação do resultado final a todos os participantes;

3.3.12 Apoiar a elaboração, integral ou parcialmente, as especificações técnicas e termos de referência relativas à consecução das atividades previstas nos **POs** do Projeto sob responsabilidade do **MMA** e das **Unidades Operativas do Projeto**, mediante solicitação específica, e submeter ao demandante para aprovação;

3.3.13 Prestar apoio técnico para a realização e acompanhamento de atividades relacionadas à sustentabilidade financeira de **UCs**, à elaboração e implementação de planos de negócio, e à integração entre parceiros nas áreas de intervenção do **Projeto**;

3.3.14 Adquirir e contratar, em seu nome, com recursos do **GEF**, os bens e serviços necessários à implementação do **Projeto**, de acordo com os **POs** aprovados, e com as regras, prazos e condições acordados no **MOP**, no **POD** e no **Convênio de Financiamento Não-Reembolsável**, e de conformidade com as políticas e procedimentos do **BID**;

3.3.15 Manter o controle contábil atualizado e preciso de todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos de doação, de acordo com as regras estabelecidas no **MOP**, no **POD** e no **Convênio de Financiamento Não-Reembolsável**;

3.3.16 Adotar os procedimentos e atividades estabelecidos no **MOP**.

3.3.17 Discutir e propor ajustes em procedimentos, documentos de referência e metodologias para alcance das metas do **Projeto**;

3.3.18 Reunir e consolidar as informações técnicas e financeiras, inclusive de contrapartida, relativas às **Unidades Operativas** apoiadas pelo **Projeto**, enquanto subsídios para a elaboração dos relatórios semestrais de progresso do **Projeto**;

3.3.19 Elaborar e oferecer ao **MMA** versão preliminar dos relatórios semestrais de progresso, a partir das informações técnicas prestadas pelas **Unidades Operativas**, inclusive **Tracking Tools**, bem como de informações relativas a execução financeira do **Projeto** geradas pelo próprio **FUNBIO**, analisando o desempenho em relação às metas do **Projeto**, no formato previsto no **MOP**;

3.3.20 Disponibilizar as **UOs** o uso de um sistema de informações próprio (sistema Cérebro), adequado ao gerenciamento das atividades e recursos do **Projeto**, incluindo módulos de planejamento, solicitação, acompanhamento dos processos seletivos e de prestação de contas das aquisições e contratações, monitoramento financeiro e contábil;

3.3.21 Manter o sistema de informações do **Projeto** atualizado e operativo, garantindo assim a celeridade dos processos de planejamento, execução (incluindo aquisições e contratações) e monitoramento da execução em relação ao planejado, bem como assistência técnica adequada, quando necessário;

3.3.22 Providenciar a resolução de problemas técnicos no sistema de informações do **Projeto**, a partir de canal específico para solicitações por meio dos parceiros usuários, respondendo aos pedidos em até cinco dias úteis e informando os procedimentos e prazo para sua solução;

3.3.23 Reverter os rendimentos financeiros advindos dos recursos do doador em favor dos objetivos do **Projeto**, conforme previsto no **Convênio de Financiamento Não-Reembolsável**, e a partir do detalhamento de atividades sob forma de **PO**;

3.3.24 Enviar ao **BID**, para análise e manifestação, a versão final dos relatórios semestrais de progresso, a partir das informações de execução técnica e financeira do **Projeto**, procedendo os ajustes ou complementação necessários à sua aprovação;

3.3.25 Manter informações e documentos do **Projeto** atualizados junto ao site do **FUNBIO**.

3.3.26 Fornecer bolsas de pesquisa, de acordo com os critérios de elegibilidade estabelecidos no **MOP**, por meio de Fundação de Apoio, com vínculo contratual estabelecido com IFES ou ICT, para o desenvolvimento e produção de material de cunho científico e intelectual;

Parágrafo Primeiro: 1º Os bens a que se refere a alínea “n” do inciso II serão doados à **Unidade Operativa** demandante mediante a assinatura de respectivo Termo de Doação, contendo as especificações necessárias, e serão imediatamente incorporados ao patrimônio da entidade beneficiária.

Parágrafo Segundo: 2º O material de cunho científico e intelectual produzido com o apoio do Projeto se reverterá em benefício da sociedade, podendo ser livre e gratuitamente divulgado pelos Partícipes, respeitados os direitos de autor, não sendo, no caso, aplicável a propriedade estabelecida na Cláusula Oitava adiante.

3.4 Compete ao **MMA**, como interveniente deste Acordo:

3.4.1 Coordenar tecnicamente o Projeto, por meio da **Unidade de Coordenação do Projeto (UCP)**, aprovando e monitorando a execução das atividades do **Projeto**, promovendo a articulação e integração entre os parceiros do Projeto, garantindo a comunicação entre as partes;

3.4.2 Manter a **Unidade de Coordenação do Projeto (UCP)**, com equipe técnica e administrativa qualificada e em número adequado, para o exercício das atividades de coordenação, planejamento, operação e monitoramento do Projeto, conforme o estabelecido no **Manual Operacional do Projeto**;

3.4.3 Coordenar as atividades do Conselho do **Projeto**, com reuniões ordinárias semestrais, ou extraordinárias, sempre que necessário, presidindo-as e garantindo o seu

funcionamento em acordo com os termos definidos no **MOP**;

3.4.4 Coordenar o processo de alocação de recursos nos Planos Operativos (**PO**) do **Projeto**, em conjunto com as **Unidades Operativas** e **FUNBIO**;

3.4.5 Indicar ao **FUNBIO** os responsáveis pela operacionalização dos **POs** junto a cada **Unidade Operativa**, por meio do sistema de informações do **FUNBIO** disponibilizado ao **Projeto** (sistema Cérebro);

3.4.6 Analisar o desempenho das **UOs** em relação às metas do **Projeto**, a partir de relatórios gerenciais periódicos elaborados pelo **FUNBIO**, no formato estabelecido no **MOP**, e apresentar o resultado destas análises aos **Comitês do Projeto**;

3.4.7 Revisar, a versão final dos relatórios semestrais de progresso a ser encaminhada ao CP e ao BID, a partir das informações de execução técnica e financeira do **Projeto**, procedendo os ajustes ou complementação necessários à sua aprovação;

3.4.8 Adotar os procedimentos e atividades estabelecidos no **MOP**, e determinar o seu cumprimento por parte das **Unidades Operativas** do **Projeto**;

3.4.9 Orientar as **UOs** sobre as políticas aplicáveis e salvaguardas do **Projeto**;

3.4.10 Analisar eventuais propostas de alterações no **PO** e Plano de Aquisições encaminhadas pelo **FUNBIO** e **UOs**, a serem submetidas ao **BID**, de modo a verificar se as mesmas implicam mudanças na alocação de recursos ou acarretam em impactos nos objetivos e metas do Projeto.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO PLANO DE TRABALHO

4.1 Os objetivos, justificativas, desenvolvimento, etapas e prazos de execução do objeto constante da Cláusula Primeira estão estabelecidos no Plano de Trabalho (**Anexo I**), que integra este instrumento, para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOS BENS

5.1 No que se concerne aos bens adquiridos em nome do **FUNBIO** e doados ao **ICMBio** este se compromete a:

5.1.1 Utilizar os bens doados única e exclusivamente na execução do **Projeto**, sendo vedada a alienação, bem como utilização para qualquer outro fim, enquanto durar o **Projeto**.

5.1.2 Registrar em seu patrimônio os bens doados e informar ao **FUNBIO** no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da assinatura do respectivo Termo de Doação, os números de patrimônio de cada bem;

5.1.3 Responsabilizar-se pelo perecimento ou deterioração natural dos bens doados, a partir do momento do seu recebimento, ainda que o fato tenha advindo de caso fortuito ou força maior. Em nenhuma circunstância o **FUNBIO** ficará obrigado a restituir os referidos bens ou indenizar o **ICMBio**.

5.1.4 Observar os termos estabelecidos na Lei nº 13.019/2014 e Decreto nº 8726/2016.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE DOS PARTICÍPES

6.1 Cada Partícipe responsabiliza-se pelas ações e/ou omissões praticadas por seus agentes, na execução do objeto deste **Acordo de Cooperação**, obrigando-se a reparar os danos porventura causados à outra parte ou a terceiros.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E HUMANOS

7.1 O presente **Acordo de Cooperação** não gera obrigações financeiras de qualquer espécie, nem transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

Parágrafo Primeiro. Eventuais despesas necessárias à consecução do objeto deste Acordo, tais como as relacionadas a pessoal, deslocamento, viagens, comunicação entre os partícipes e outras que se fizerem necessárias, serão assumidas pelos partícipes dentro de suas respectivas atribuições e cobertas pelas dotações específicas dos respectivos orçamentos.

Parágrafo Segundo. Os recursos humanos a serem utilizados na execução dos termos do presente Acordo não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação institucional ou

empregatória por desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste Instrumento.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO DOS TRABALHOS

8.1 Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrente de trabalhos no âmbito do presente Instrumento serão atribuídos ao **ICMBio**, sendo concedida licença gratuita de uso sem fins comerciais ao **MMA**, **FUNBIO** e ao **BID**.

Parágrafo Único: No caso de material desenvolvido ou elaborado pelo **FUNBIO** para o **Projeto**, a propriedade intelectual será atribuída ao **ICMBIO**, e será concedida licença gratuita para o uso sem fins econômicos ao **MMA**, ao **FUNBIO** e ao **BID**.

9. CLÁUSULA NONA - DA DIVULGAÇÃO E DA PUBLICIDADE

9.1 Os partícipes assumem o compromisso, de comum acordo, de divulgar a sua participação no presente **Acordo de Cooperação**, fazendo constar seus nomes em folhetos, cartazes, peças promocionais e em todos os meios de publicidade utilizados na promoção do objeto deste Instrumento, nos termos do Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008 e alterações posteriores, ficando vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que possam caracterizar promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

10.1 O presente **Acordo de Cooperação** terá a vigência até a data de 14 de novembro 2023, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União, nos termos do parágrafo terceiro do artigo 5º e do artigo 21 do Decreto 8.726/2016.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

11.1 Este **Acordo de Cooperação**, bem como o seu Plano de Trabalho poderão ser alterados, de comum acordo entre os Partícipes, durante sua vigência, mediante Termo Aditivo, devidamente justificado, desde que tal interesse seja manifesto previamente por escrito, sendo vedada a alteração de seu objeto.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

12.1 O **ICMBio** e o **MMA** promoverão o acompanhamento e fiscalização do cumprimento do objeto da parceria, conforme o artigo 60 e 61 da Lei 13.019/2014.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS COMUNICAÇÕES

13.1 As comunicações entre os partícipes poderão ser realizadas por e-mail e serão consideradas válidas, desde que comprovadamente recebidas.

13.2 As notificações entre os signatários, relacionadas com este **ACORDO**, deverão ser feitas por escrito ou carta registrada, não sendo consideradas como recebidas aquelas destinadas para outros endereços que não os abaixo mencionados:

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Endereço: EQSW 103/104, Complexo Administrativo - Setor Sudoeste.

CEP: 70.670-350 - Brasília - DF

Telefone: (61) 2028-9050

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE

Endereço: Rua Voluntários da Pátria, 286 – 5º Andar - Botafogo

Rio de Janeiro-RJ - CEP 22270-014

Fax: (21) 2123 5354

Telefone: (21) 2123-5300

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA

Endereço: Bloco B, Esplanada dos Ministérios

Brasília/DF - CEP 70068-90

Telefones: (61) 2028-2039/2192/2056

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1 Os casos omissos e as dúvidas porventura surgidas, em decorrência da operacionalização deste Instrumento, serão resolvidos mediante acordo entre os Partícipes.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

15.1 O presente Instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em caso de superveniência de norma legal que o torne impraticável, ou pelo não cumprimento das obrigações ora assumidas, ou denunciado por consenso dos Partícipes, a qualquer tempo, mediante notificação expressa com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo único. Fica assegurado o prosseguimento e conclusão dos trabalhos em curso, salvo decisão contrária acordada entre os Partícipes.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

16.1 Caberá ao **ICMBio** providenciar a publicação deste Acordo de Cooperação Técnica, em extrato, no Diário Oficial da União na forma do artigo 38 da Lei 13.019/2014.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTES INSTRUMENTO, INDEPENDENTEMENTE DE SUA TRANSCRIÇÃO

Anexo I – Plano de Trabalho; e

Anexo II – Manual Operacional do **Projeto GEF-Terrestre**.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA CONCILIAÇÃO DO FORO

18.1 Os partícipes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente ajuste, à tentativa de conciliação entre as partes, assegurada a participação do órgão encarregado do assessoramento jurídico do Ministério do Meio Ambiente. Não logrando êxito a conciliação, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Acordo, o Foro da Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, por força do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

18.2 E, assim, por estarem justos e acordados, os Partícipes firmam o presente Instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo qualificadas, para que produza os efeitos legais.

18.3. E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Acordo de Cooperação Técnica é assinado eletronicamente pelas partes.

Brasília, 10 de novembro de 2021



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Oliveira de Sousa, Chefe de Divisão**, em 11/11/2021, às 18:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **9954594** e o código CRC **D3E69A29**.



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Plano de Trabalho

Acordo de Cooperação nº XX/2021

PLANO DE TRABALHO

1- DADOS CADASTRAIS DOS PARTÍCIPES

Órgão / Entidade Proponente		CNPJ	
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO		03.537.443/0001-04	
Endereço			
Rua Voluntários da Pátria, nº 286, 5º andar e 6º andar, sala 603 - Botafogo			
Cidade	UF	CEP	DDD / Telefone
Rio de Janeiro	RJ	22.270-014	21 2123-5300
Nome do Responsável			CPF
Rosa Maria Lemos de Sá			317.697.566-04
CI / Órgão Exp.	Cargo	Função	Matrícula
M-750.784 SSP/MG	Secretária-Geral	Representante Legal.	

Endereço: SHIS QI 27- conjunto 10 casa 10, Lago Sul, D.F.			CEP: 71.675-100
Órgão / Entidade Concedente Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade			CNPJ 08.829.974/0001-94
Endereço EQSW 103/104 Complexo Administrativo Sudoeste nº 1 Bloco C subsolo, Torre 4 Sudoeste			
Cidade Brasília	UF DF	CEP 71.680-350	DDD / Telefone 61 2028 9234
Nome do Responsável MARCOS DE CASTRO SIMANOVIC			CPF 081.048.018-21
CI / Órgão Exp. 16.716.384-X - SSP/SP	Cargo Presidente	Função Representante Legal	Matrícula 3120680
Endereço: EQSW 103/104 Complexo Administrativo Sudoeste nº 1 Bloco C subsolo, Sudoeste			CEP: 70.670-350
Órgão / Entidade Interveniente Ministério do Meio Ambiente			CNPJ 37.115.375/0001-07
Endereço Bloco B, Esplanada dos Ministérios			
Cidade Brasília	UF DF	CEP 70068-900	DDD / Telefone (61) 2028-1057
Nome do Responsável JOAQUIM ÀLVARO PEREIRA LEITE			CPF 144.002.098-14
CI / Órgão Exp. 17199545-4, SSP/SP	Cargo Ministro	Função Representante Legal	Matrícula 3137978

Endereço	CEP
Bloco B, Esplanada dos Ministérios	70068-900

2 – DESCRIÇÃO DO PROJETO		
Título do Projeto: “ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO E MANEJO PARA A BIODIVERSIDADE DA CAATINGA, PAMPA E PANTANAL (GEF-TERRESTRE)”.	Período de Execução	
	2021	2023
Identificação do objeto: Plano de trabalho para estabelecimento de Acordo de Cooperação (AC) entre o INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, e o FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE - FUNBIO, com a interveniência do Ministério do Meio Ambiente, para a implementação das atividades do Projeto GEF-Terrestre (“Estratégias de conservação, restauração e manejo para a biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal”).		

3- JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO
<p>O Projeto GEF-Terrestre está alinhado aos princípios da Convenção de Diversidade Biológica (CDB), da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC) e a diversas políticas nacionais, tendo como principal linha de ação o fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC- Lei 9.985 de 18 de julho de 2000). Este Projeto visa promover uma conservação efetiva em ecossistemas terrestres onde houve pouco investimento na conservação de sua biodiversidade e que continuam sofrendo fortes ameaças de conversão do uso da terra, sendo Caatinga, Pampa e Pantanal os biomas alvo.</p> <p>O GEF-Terrestre, por meio de ações relacionadas ao aumento da efetividade de gestão de áreas protegidas, melhoria do estado de conservação de espécies ameaçadas, a recuperação de áreas degradadas e o envolvimento de comunidades e proprietários rurais em ações de manejo sustentável, deverá contribuir para o alcance das metas nacionais de biodiversidade 5, 11, 12, 14 e 15 (Resolução da CONABIO Nº 06 de 03 de setembro de 2013).</p> <p>O Projeto GEF-Terrestre será coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), que orientará o planejamento, a execução e o monitoramento de atividades.</p> <p>O Projeto GEF-Terrestre conta com recursos de doação do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), por meio do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, além da dotação orçamentária do Governo Brasileiro.</p> <p>O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade, associação civil sem fins lucrativos, responsável pela execução financeira do Programa, conta com 22 anos de experiência em Projeto de Cooperação Internacional junto ao Ministério do Meio Ambiente, e atenderá às demandas de bens e serviços dos executores para a realização dos seus objetivos e metas com recursos provenientes da doação.</p>

4 – ATIVIDADES PREVISTAS

1. Planejar as atividades a serem desenvolvidas no âmbito do Projeto GEF-Terrestre, visando o fortalecimento da gestão de Unidades de Conservação e o alcance das metas estabelecidas no Manual Operacional do Projeto.
2. Preencher a ferramenta do Sistema de Análise e Monitoramento da Gestão (SAMGe) de Unidades de Conservação para as Unidades de Conservação que receberão apoio pelo Projeto GEF-Terrestre.
3. Prestar informações financeiras sobre o sistema federal de Unidades de Conservação por meio do preenchimento periódico da ferramenta *Tracking Tool* do GEF.
4. Desenvolver atividades relacionadas à sustentabilidade financeira de UCs visando diminuir a lacuna de financiamento destas no médio prazo, podendo considerar a elaboração e implementação de planos de negócios, mecanismos para utilização de recursos de compensação ambiental, entre outros.
5. Buscar parcerias para implementar ações de conservação e manejo nas áreas de intervenção do Projeto;
6. Identificar, com o apoio das UOs, fornecedores e prestadores de serviços locais necessários a consecução das atividades do Projeto;
7. Realizar a gestão financeira e operacional do Projeto, com eficiência, transparência e de acordo com as regras definidas no MOP, no POD e no Convênio de Financiamento Não-Reembolsável;
8. Articular com Unidades Operativas, instituições parceiras e instâncias de governança do Projeto para o monitoramento e a avaliação da execução do Projeto;
9. Observar as salvaguardas e orientações estabelecidas no Plano de Gestão Ambiental e Social do Projeto.

Tabela 1. Atividades a serem desenvolvidas pelos partícipes do Acordo de Cooperação XX/2021, seus indicadores e metas.

Atividade	Responsável	Indicadores	2021	2022		2023	Meta Final
			2º	1º	2º	1º	
Participar de oficina de planejamento para detalhamento das ações	ICMBio, Funbio e MMA	Oficinas de planejamento realizadas	1		1		2
Preencher e submeter o formulário de salvaguardas		Formulários de					

para identificação dos potenciais impactos sociais e ambientais	ICMBio	salvaguardas preenchidos e submetidos	1		1		2
Revisar o planejamento das atividades	ICMBio, Funbio e MMA	Planejamento das atividades revisado	1		1		2
Preencher <i>Tracking Tool</i> de efetividade de gestão	ICMBio	Tracking Tool de efetividade de gestão preenchida		1		1	2
Preencher <i>Tracking Tool</i> de sustentabilidade financeira	ICMBio	Tracking Tool de sustentabilidade financeira preenchida				1	1
Fornecer informações para a elaboração do Relatório Semestral de Progresso	ICMBio e MMA	Informações enviadas para a elaboração do Relatório		1	1	1	3
Declarar anualmente os valores de financiamento paralelo	ICMBio e MMA	Valores de financiamento paralelo declarados		1		1	2
Consolidar as informações para elaboração do Relatório Semestral de Progresso	FUNBIO	Informações consolidadas e Relatório de Progresso elaborado		1	1	1	3
Revisar e aprovar Relatório Semestral de Progresso	MMA	Relatórios de Progresso aprovados		1	1	1	3

MARCOS DE CASTRO SIMANOVIC Presidente do ICMBio Data ____/____/____	ROSA MARIA LEMOS DE SÁ Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO Data ____/____/____	JOAQUIM ÁLVARO PEREIRA LEITE Ministro do Meio Ambiente Data ____/____/____
--	---	---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **9956268** e o código CRC **3948A0DD**.



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO
FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE**

**Projeto GEF – Terrestre
Estratégias de Conservação, Restauração e Manejo para a
Biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal
BR-G1004**

MANUAL OPERACIONAL (v.1)

Brasília - DF

Abril 2019



**MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE**



ÍNDICE

Abreviações e Acrônimos.....	iv
Unidades	iv
Lista de Anexos	v
Lista de figuras	v
Lista de tabelas	v
1 APRESENTAÇÃO.....	6
2 INFORMAÇÕES GERAIS DO PROJETO GEF-TERRESTRE.....	6
2.1 Contextualização.....	6
2.2 Princípios e abordagem estratégica.....	8
2.2.1 Descentralização e participação.....	8
2.2.2 Sinergia entre os componentes do Projeto.....	8
2.2.3 Sustentabilidade financeira das Unidades de Conservação	8
2.2.4 Precaução e mitigação de conflitos	8
2.3 Objetivos e metas do Projeto	9
2.4 Entidades partícipes:	10
2.5 Custos e Financiamento	11
2.6 Prazo de Execução:	11
3 ARRANJO INSTITUCIONAL E GOVERNANÇA.....	12
Instâncias de Governança	14
4 COMPONENTES DO PROJETO.....	23
4.1 Componente 1: Criação de Unidades de Conservação.	23
4.2 Componente 2: Manejo em Unidades de Conservação e áreas adjacentes.....	28
4.2.1 Subcomponente 2.1 -Gestão efetiva das Unidades de Conservação:	28
4.2.2 Subcomponente 2.2 - Manejo do fogo:	31
4.2.3 Subcomponente 2.3 - Manejo em áreas produtivas.....	32
4.3 Componente 3: Recuperação de áreas degradadas.	33
4.4 Componente 4 – Avaliação dos riscos de extinção de espécies da flora e fauna.....	34
4.5 Componente 5 – Integração e relação com comunidades locais.	35
5 GERENCIAMENTO DO PROJETO	37
5.1 Planejamento do Projeto	38
5.1.1 Plano Operacional.....	38
5.1.2 Plano de Aquisições (PA).....	42
5.1.3 Plano de Execução Plurianual (PEP).....	42
5.1.4 Despesas elegíveis	42
5.2 Execução do Projeto	43
5.2.1 Sistema Cérebro 2.0.....	43
5.2.2 Execução.....	43
5.2.3 Fluxos de aprovação	44
6 PROCEDIMENTOS DE AQUISIÇÕES	45
7 Monitoramento e Avaliação (M&A)	46
7.1. Aspectos gerais.....	46
7.2. Relatórios.....	46
7.3. Matriz de Resultados e indicadores	48
8 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO GEF TERRESTRE.....	48
8.1 Controle Interno e Externo da Execução do GEF Terrestre	49
8.1.1 Registros, Inspeções e Relatórios.	49
8.1.2 Prestação de Contas e Relatório Financeiro Não Auditável.....	50

8.1.3 Auditoria Externa Independente	51
9. GESTÃO DE RISCOS DO GEF TERRESTRE	51
10. LOGOMARCA E COMUNICAÇÃO DE APOIO A PROJETOS E AÇÕES FINANCIADAS	51
11. SALVAGUARDAS SOCIAIS E AMBIENTAIS	51
12. VALIDAÇÃO, REVISÃO E DIVULGAÇÃO DO MANUAL	56

Abreviações e Acrônimos

AC	Acordos de Cooperação
APP	Área de Preservação Permanente
ARPA	Programa Áreas Protegidas da Amazônia
BD	Biodiversidade
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CCM	Climate Change Mitigation
CMS	Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres
CDB	Convenção de Diversidade Biológica
CNUC	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
CONABIO	Comissão Nacional da Biodiversidade
DAP	Departamento de Áreas Protegidas da SBio/MMA
FUNBIO	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
GEF MAR	Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas
GEF Terrestre	Projeto Estratégias de Conservação, Restauração e Manejo para a Biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal
GN	Normas gerais (do BID)
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
JBRJ	Jardim Botânico do Rio de Janeiro
M&A	Monitoramento e Avaliação
MMA	Ministério do Meio Ambiente.
PA	Plano de Aquisição
PGAS	Plano de Gestão Ambiental e Social
PO	Plano Operativo
Projeto	GEF Terrestre
PRONABIO	Programa Nacional da Diversidade Biológica
REDD	Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation
MOP	Manual Operacional do Projeto
SAMGe	Sistema de Análise e de Monitoramento da Gestão
SBio	Secretaria de Biodiversidade do MMA
SFM	Sustainable Forest Management
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TdR	Termos de Referência
UC(s)	Unidade(s) de Conservação
UCP/MMA	Unidade de Coordenação Técnica do Projeto
UICN-Brasil	União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais
UNFCCC	Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima
UO	Unidade Operativa
WWF-Brasil	Fundo Mundial para a Natureza - Brasil

Unidades

BRL	Reais
USD	Dolares Americanos

Lista de Anexos

Anexo 1	Matriz de Resultados
Anexo 2	Unidades de Conservação Pré-Selecionadas
Anexo 3	Manual do dia a dia
Anexo 4	Plano de Monitoramento e Avaliação
Anexo 5	Procedimento Operacional de Compras e Contratações do FUNBIO
Anexo 6	Elegibilidade e práticas proibidas BID
Anexo 7	Matriz de Riscos
Anexo 8	Salvaguardas Ambientais e Sociais
Anexo 9	PO-08 Procedimentos Operacionais para o Sistema de Queixas Controle e Responsabilidade
Anexo 10	PMR do BID
Anexo 11	Correlação entre Ações de Manejo SAMGe e Produtos do Projeto

Lista de figuras

Figura 1. Arranjo institucional do projeto.	12
Figura 2. Representação esquemática de implementação do projeto	37
Figura 3. Ciclo de gerenciamento do projeto	38
Figura 4. Fluxo de aprovação - planejamento de insumos (PO), por componentes	38
Figura 5. Fluxograma para planejamento de atividades no Componente 2.....	41
Figura 6. Fluxo de aprovação de solicitações - execução, por componentes	44
Figura 7. Fluxo de aprovações de remanejamentos.....	45
Figura 8. Fluxograma para identificação e gestão de impactos socioambientais e culturais. ..	53

Lista de tabelas

Tabela 1. Orçamento do GEF Terrestre.....	11
Tabela 2. Quadro Resumo das instâncias de governança do Projeto	12
Tabela 3. Fases do processo de criação das unidades de conservação.	25
Tabela 4. Projeção do percentual de proteção dos Biomas apoiados pelo Projeto a partir da criação de novas Unidades de Conservação sobre as áreas pré-selecionadas.	26

1 APRESENTAÇÃO

O presente Manual Operacional (MOP) tem por finalidade apresentar e estabelecer os termos, condições e procedimentos que regerão a execução das atividades do **Projeto Estratégias de conservação, restauração e manejo para a biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal (GEF Terrestre)**, coordenado pela Secretaria de Biodiversidade (SBio) do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e tendo o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) como agência executora.

Ele deve ser seguido pelas equipes e dirigentes responsáveis ou envolvidos na execução do GEF Terrestre. Qualquer atividade ou utilização de recursos que não estiver respaldada por este Manual será considerada desautorizada e o ator responsável estará sujeito a sanções administrativas ou civis por descumprimento, fraude, ou outro delito previsto na legislação vigente. Havendo conflito entre o estabelecido neste Manual e o disposto no Convênio de Financiamento Não-Reembolsável e seus respectivos anexos, prevalecerá o disposto neste último.

Este Manual estabelece: (i) mecanismo de execução detalhado; (ii) atividades e responsabilidades do FUNBIO e das partes envolvidas na execução e no arranjo institucional do Projeto; (iii) políticas, regras e procedimentos fiduciários e de salvaguardas sociais e ambientais aplicáveis; (iv) requisitos de planejamento, administração financeira, monitoramento, avaliação e auditoria; e (v) regulamentos e procedimentos que regem a execução técnica do projeto, especialmente quaisquer mudanças potenciais, prioridades ou exclusões de áreas de intervenção pré-selecionadas; a seleção de comunidades, indivíduos e / ou propriedades privadas para serem diretamente beneficiadas pelas atividades do projeto; mecanismos de alteração desse manual.

2 INFORMAÇÕES GERAIS DO PROJETO GEF-TERRESTRE

2.1 Contextualização

Desde a década de 90 o Governo Brasileiro assumiu compromissos internacionais de conservação e uso sustentável da biodiversidade, em especial com a Convenção de Diversidade Biológica, ratificada em 1992. Isso se refletiu na elaboração de estratégias, políticas, planos nacionais que foram fortalecendo a base legal e criando capacidade institucional para o estabelecimento de grandes programas e projetos de conservação da biodiversidade.

O GEF-Terrestre está alinhado aos princípios da Convenção de Diversidade Biológica (CDB), da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC), da Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres (CMS) e a diversas políticas nacionais. Entre estas, ressalta-se a implementação Política Nacional de Biodiversidade (Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002), o estabelecimento do Programa Nacional da Diversidade Biológica - PRONABIO e da Comissão Nacional da Biodiversidade (Decreto nº 4.703 de 21 de Maio de 2003), a instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000 e Decretos nº 4.340 de 22 de agosto de 2002 e nº 5.746 de 5 de abril de 2006) e o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (Decreto nº 5.758 de 13 de abril de 2006). Na temática florestal destaca-se o Programa Nacional de Florestas (instituído pelo Decreto nº 3.420 de 20 de abril de 2000), o Programa Nacional de Combate à Desertificação, o Plano Nacional de Mudanças Climáticas, a Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei nº 11.284 de 02 de março de 2006 e Decreto nº 6.063 de 20 de março de 2007), a Lei de Proteção da vegetação nativa (lei 12.651 de 25 de maio de 2012) e a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Decreto Nº 8.972 de 23 de janeiro de 2017).

Em seu esforço de conservação, o Brasil teve avanços significativos por meio da implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), quando se definiu critérios para a criação, implementação e manejo de áreas protegidas; categorias e objetivos para as áreas protegidas e forneceu-se uma estrutura legal para a coordenação entre as esferas federal, estadual e municipal e o setor privado. Conforme dados do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) de janeiro de 2019, mais

de 1.5 milhões de km² integram o SNUC, sendo 324 Unidades de Conservação (UCs) federais, 714 estaduais e 339 municipais, além de 922 propriedades privadas reconhecidas como áreas de perpétua conservação da diversidade biológica (Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN).

O GEF-Terrestre tem como principal linha de ação o fortalecimento do SNUC a fim de promover uma conservação efetiva em ecossistemas terrestres, com foco específico nos biomas Caatinga, Pampa e Pantanal. De acordo com o CNUC (Jan/2019), a Caatinga possui um total de 74,684 km² de UCs, totalizando 9,0% da área do bioma; o Pampa possui 5.696 km² (3,2% do bioma) e o Pantanal 6.890 km² (4,6% do bioma).

Na X Conferência das Partes da CDB, realizada em Nagoya, no Japão, em 2010, foram definidas 20 metas estratégicas para o período de 2011-2020, também conhecidas como metas de Aichi, província onde se realizou o encontro. Estas metas foram trabalhadas em âmbito nacional por meio da iniciativa “Diálogos sobre Biodiversidade: construindo a estratégia brasileira para 2020”, coordenada pelo MMA, WWF-Brasil, Instituto de Pesquisas Ecológicas IPÊ e UICN-Brasil. Estes diálogos foram amplamente participativos, envolvendo o setor privado, diferentes níveis de governo, a academia, sociedade civil, comunidades locais e povos indígenas e culminaram com a definição de metas nacionais aprovadas pela Resolução da CONABIO Nº 06 de 03 de setembro de 2013.

O GEF-Terrestre, por meio do fortalecimento da gestão de Unidades de Conservação, manejo em UCs e áreas adjacentes, recuperação de áreas degradadas e melhoria do estado de conservação de espécies ameaçadas, tem potencial de contribuir para o alcance das metas nacionais 5, 11, 12, 14 e 15 apresentadas abaixo:

Meta 5: até 2020 a taxa de perda de ambientes nativos será reduzida em pelo menos 50% (em relação às taxas de 2009) e, na medida do possível levada a perto de zero e a degradação e fragmentação terão sido reduzidas significativamente em todos os biomas.

Meta 11: até 2020, serão conservadas, por meio de unidades de conservação previstas na Lei do SNUC e outras categorias de áreas oficialmente protegidas, como APPs, reservas legais e terras indígenas com vegetação nativa, pelo menos 30% da Amazônia, 17% de cada um dos demais biomas terrestres e 10% de áreas marinhas e costeiras, principalmente áreas de especial importância para biodiversidade e serviços ecossistêmicos, assegurada e respeitada a demarcação, regularização e a gestão efetiva e equitativa, visando garantir a interligação, integração e representação ecológica em paisagens terrestres e marinhas mais amplas.

Meta 12: até 2020, o risco de extinção de espécies ameaçadas terá sido reduzido significativamente, tendendo a zero, e sua situação de conservação, em especial daquelas sofrendo maior declínio, terá sido melhorada.

Meta 14: até 2020, ecossistemas provedores de serviços essenciais, inclusive serviços relativos à água e que contribuem à saúde, meios de vida e bem-estar, terão sido restaurados e preservados, levando em conta as necessidades das mulheres, povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e comunidades locais, e de pobres e vulneráveis.

Meta 15: até 2020, a resiliência de ecossistemas e a contribuição da biodiversidade para estoques de carbono terão sido aumentadas através de ações de conservação e recuperação, inclusive por meio da recuperação de pelo menos 15% dos ecossistemas degradados, priorizando biomas, bacias hidrográficas e ecorregiões mais devastados, contribuindo para mitigação e adaptação à mudança climática e para o combate à desertificação.

O Projeto GEF-Terrestre está diretamente relacionado com os objetivos estratégicos do GEF de melhorar a sustentabilidade dos sistemas de Áreas Protegidas (BD-1), promover a conservação e uso sustentável da biodiversidade em paisagens produtivas (BD-2), recuperar áreas degradadas e aumentar o estoque de carbono em áreas florestais e não-florestais (CCM-5) e desenvolver e aplicar boas práticas de manejo florestal (SFM/REDD-1).

Este Projeto visa fortalecer o Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNUC) por meio do apoio à gestão de Unidades de Conservação, restauração de áreas degradadas e proteção de espécies ameaçadas dos

biomas Caatinga, Pampa e Pantanal. Sua implementação deve ocorrer de forma coordenada e/ou complementar com outras iniciativas, como o Projeto LifeWeb para a Consolidação do SNUC e outros Projetos apoiados pelo GEF (como o Programa Áreas Protegidas da Amazônia-ARPA e os Projetos GEF-MAR, Paisagens Sustentáveis, Pró Espécies e Áreas Privadas).

2.2 Princípios e abordagem estratégica

2.2.1 Descentralização e participação

O Projeto adota o princípio fundamental da gestão descentralizada e participativa, assegurando aos estados e municípios as decisões que cabem a eles serem tomadas, bem como à sociedade organizada, às comunidades locais e do entorno de UCs e às ONGs, o direito de influenciarem no processo decisório do Projeto.

O Projeto foi construído a partir de consultas realizadas aos órgãos gestores de Unidades de Conservação dos biomas alvo do Projeto e com a contribuição de entidades partícipes, em especial Instituto Chico Mendes (ICMBio) e Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ), em oficinas realizadas nos anos de 2015 e 2016, mas também com contribuição de organizações não governamentais, do Ibama/RS e de outros atores com atuação local.

Durante a execução do Projeto os princípios de descentralização e participação serão incorporados na gestão do Projeto por meio do Comitê Executor e da Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO), os quais serão abordados na seção sobre a estrutura de governança deste Manual, e na implementação do Projeto, por meio de ações de articulação com iniciativas e comunidades locais.

2.2.2 Sinergia entre os componentes do Projeto

A seleção de áreas para atuação do Projeto foi norteada a partir de análises realizadas pelo Laboratório de Biogeografia da Conservação, da Universidade Federal de Goiás, que permitiu a identificação de áreas-chave para a conservação da fauna e flora ameaçada, a partir de instrumentos já existentes (ex. áreas prioritárias para a conservação e uso sustentável da biodiversidade, Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, lista de espécies ameaçadas) e o cruzamento destas com informações dos órgãos gestores sobre as demandas de apoio por cada linha de atuação do Projeto (Criação ou ampliação de UCs, plano de manejo, fogo, restauração, Planos de Ação de Espécies Ameaçadas). Desta forma, foram priorizados territórios e UCs com potencial de abarcar um maior ganho em termos de resultados para a conservação da biodiversidade considerando a complementariedade de ações apoiadas por cada componente do Projeto.

2.2.3 Sustentabilidade financeira das Unidades de Conservação

Considerando a importância de áreas protegidas na provisão de serviços ecossistêmicos e o potencial de geração de receitas por Unidades de Conservação, o Projeto GEF-Terrestre apoiará ações que contribuam, de forma individual ou sistêmica, para a diminuição da lacuna financeira de unidades de conservação de forma alinhada às políticas públicas da área ambiental.

2.2.4 Prevenção e mitigação de conflitos

O GEF-Terrestre adota como princípio fundamental na criação, consolidação e manutenção de UCs o pleno envolvimento da sociedade local, regional e nacional. Nesse sentido, o projeto possui mecanismos de participação das populações locais, tradicionais, quilombolas e povos indígenas, seus representantes e organizações interessadas nas ações que serão desenvolvidas, conforme definido na metodologia de consulta para o processo de criação de UCs, nos documentos de salvaguardas e no Mecanismo de Reclamos descritos mais adiante neste documento.

O Projeto considera que a existência de populações em perímetros de UCs em implementação e/ou consolidação é fato recorrente e, assim, utiliza-se das prerrogativas de assegurar a efetiva participação dessas populações em processos de criação e gestão das UCs.

Por esta razão, a criação ou ampliação de UCs não será apoiada quando houver necessidade de reassentamento físico ou econômico de pessoas ou comunidades. Assim, será priorizado o apoio às categorias de UCs que permitam a permanência de pessoas/comunidades já instaladas nas áreas.

Em um primeiro momento, o FUNBIO, a agência executora do Projeto, contará com um mecanismo de resolução de conflitos e aplicação dos instrumentos descritos no PGAS para analisar as consequências de ações do Projeto na resolução ou acirramento de conflitos, bem como para buscar soluções conciliatórias que propiciem o alcance dos resultados do Projeto. A partir do início da execução do Projeto, conforme a demanda, será analisada a necessidade de contratação de uma consultoria, através do Projeto, para tratar esta questão.

2.3 Objetivos e metas do Projeto

O GEF-Terrestre tem o objetivo de melhorar a conservação na Caatinga, Pampa e Pantanal por meio da expansão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e da integração com outras estratégias de conservação: os Planos de Ação Nacionais para espécies ameaçadas e a restauração de áreas degradadas.

São objetivos específicos do Projeto:

- Apoiar a criação de Unidades de Conservação (UCs) na Caatinga, Pampa e Pantanal;
- Aumentar a efetividade das UCs por meio da elaboração e implementação de seus planos de manejo;
- Elaborar planos de sustentabilidade financeira para unidades de conservação;
- Promover o manejo integrado do fogo e a recuperação de áreas degradadas;
- Incentivar o uso de boas práticas produtivas no entorno de Unidades de Conservação ou dentro, conforme sua categoria de manejo;
- Gerar conhecimento sobre espécies ameaçadas e seu manejo; e utilizar a informação gerada nas estratégias de conservação apoiadas pelo Projeto;
- Promover o engajamento das comunidades na conservação da biodiversidade e a integração das ações do Projeto com iniciativas locais.

Para o pleno alcance deste objetivo, o projeto será desenvolvido e implementado através de cinco componentes: (1) Criação de Unidades de Conservação; (2) Manejo em Unidades de Conservação e áreas adjacentes; (3) Recuperação de áreas degradadas; (4) Avaliação do risco de extinção da fauna e da flora; e, (5) Integração com comunidades locais. O conjunto de resultados e produtos apresentados na matriz de resultados (Apêndice I) visam o alcance das seguintes metas:

- a. 1 milhão hectares de novas UCs
- b. Planos de sustentabilidade financeira para 19 UCs (individuais ou agregados)
- c. Melhoria na efetividade de gestão de 19 UCs
- d. Manejo integrado do fogo em 3 UCs e em 20.000 hectares do entorno
- e. 5.000 ha de áreas degradadas em processo de recuperação
- f. 11 Planos de Ação territoriais para espécies ameaçadas elaborados

2.4 Entidades partícipes:

Estão relacionadas abaixo as entidades partícipes na implementação do GEF Terrestre, com destaque para as funções que elas exercem neste processo. Uma descrição mais detalhada das suas atribuições nas instâncias de governança do Projeto está inserida na sessão 3 deste Manual.

Ministério do Meio Ambiente (MMA) – Órgão da administração pública federal direta responsável pela política de preservação, conservação e utilização sustentável de ecossistemas, biodiversidade e florestas no País.

Secretaria de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente (SBio/MMA) - Órgão específico singular da estrutura do MMA onde está situada a Unidade de Coordenação do Projeto GEF-Terrestre. É o beneficiário das ações e atividades resultantes do financiamento e deverá, como coordenador das políticas públicas ambientais e do Projeto, assegurar a aplicação deste MOP por todos os partícipes do Projeto e em conformidade com as políticas e procedimentos do BID e do Acordo de Cooperação (AC) entre MMA e FUNBIO.

Divisão de Projetos Internacionais (DPIN) – Divisão vinculada ao Gabinete da Secretaria de Biodiversidade, responsável pela gestão do componente 5 e das ações integradas demandadas pelos departamentos DAP, DECO e DESP, no componente 5 do Projeto.

Departamento de Áreas Protegidas (DAP) – Departamento pertencente à Secretaria de Biodiversidade/MMA, coordenador geral da UCP do GEF Terrestre e responsável pela coordenação técnica dos componentes 1 e 2 e apoio à implementação do componente 5 do Projeto.

Departamento de Conservação de Ecossistemas (DECO) – Departamento pertencente à Secretaria de Biodiversidade/MMA, responsável pela coordenação técnica do componente 3 e apoio à implementação do componente 5 do Projeto.

Departamento de Conservação e Manejo de Espécies (DESP) – Departamento pertencente à Secretaria de Biodiversidade/MMA, responsável pela coordenação técnica do componente 4 e apoio à implementação do componente 5 do Projeto.

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) – Agência executora do projeto. Associação civil sem fins lucrativos responsável pela execução técnica, financeira, fiduciária e de aquisições, e o monitoramento e avaliação das atividades desenvolvidas no âmbito do Projeto, sendo responsável por viabilizar a execução das atividades estabelecidas nos POs.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) – Órgão executor do SNUC responsável pela gestão das Unidades de Conservação na esfera federal. No Projeto o ICMBio contribuirá para o fortalecimento do SNUC, por meio da criação e gestão de UCs e promovendo a integração e troca de experiências com órgãos gestores estaduais partícipes do Projeto.

Órgãos Gestores Estaduais – Órgãos executores do SNUC responsáveis pela gestão das Unidades de Conservação na esfera estadual. No Projeto os órgãos gestores estaduais contribuirão para o fortalecimento do SNUC, por meio da criação e gestão de UCs visando aumentar a proteção e a representatividade da biodiversidade de ecossistemas e de espécies nos biomas da Caatinga, Pampa e Pantanal em articulação com o ICMBio e MMA.

Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) – Instituto vinculado ao MMA responsável por promover pesquisas científicas sobre a flora brasileira. No Projeto atuará no âmbito do componente 4 por meio da Diretoria de Pesquisas (DIPEQ).

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – Agência implementadora do projeto. O BID, entre outras atribuições, é o responsável por supervisionar o uso e aplicação dos recursos financeiros do fundo global para o meio ambiente- GEF repassados ao FUNBIO para financiamento das atividades do GEF Terrestre. O BID também acompanhará a aplicação dos recursos **de financiamento paralelo** local, de acordo os compromissos estabelecidos com o GEF.

A execução do Projeto depende da celebração de Acordo de Cooperação entre o MMA e o FUNBIO e a participação dos órgãos parceiros e de cada entidade no Projeto depende da formalização de Acordo de Cooperação entre o órgão/entidade e o FUNBIO, com a interveniência do MMA. Cada entidade partícipe terá um ponto focal (titular e suplente) que representará as Unidades Operativas sob sua gestão no Comitê Executor do Projeto.

2.5 Custos e Financiamento

O custo total do GEF Terrestre é de USD191.776.491 (cento e noventa e um milhões, setecentos e setenta e seis mil e quatrocentos e noventa e um dólares americanos), dos quais USD32.621.820 (trinta e dois milhões, seiscentos e vinte um mil e oitocentos e vinte dólares americanos) são financiados pelo BID, e USD159.154.671 (cento e cinquenta e nove milhões, cento e cinquenta e quatro mil e seiscentos e setenta e um dólares americanos) são aportados pelas instituições participantes como financiamento paralelo.

A tabela a seguir apresenta o montante total do financiamento necessário para alcançar os resultados esperados. Ela também mostra a distribuição por fontes de financiamento e categorias de investimento.

Tabela 1- Orçamento do GEF Terrestre (milhões de Dólares)

Categorias de Investimento	IDB/GEF	Financiament o Paralelo	TOTAL	%
I. Custos diretos	28.89	159.15	188.04	98
Componente 1. Criação de novas áreas protegidas	2.83	9.13	11.96	
Componente 2. Manejo em Unidades de Conservação e Áreas Adjacentes	12.74	98.31	111.05	
Componente 3. Recuperação de Áreas Degradadas	6.57	24.72	31.30	
Componente 4. Monitoramento dos Riscos de Extinção de Flora e Fauna	5.66	20.00	25.66	
Componente 5. Comunicação e Integração com Comunidades	1.09	6.99	8.08	
II. Administração do Projeto	3.74	0.00	3.74	2
Administração e coordenação	3.26	0.00	3.26	
Monitoramento, avaliações e auditoria	0.48	0.00	0.48	
TOTAL	32.62	159.15	191.78	
%	17	83	100	

2.6 Prazo de Execução:

O Prazo de Execução e de Desembolsos do Projeto será de 5 (cinco) anos contados a partir da data de entrada em vigor do Convênio para Financiamento Não-Reembolsável, seguindo os prazos acordados abaixo:

22/05/2018: Assinatura do Convênio

18/11/2018: Prazo máximo para cumprimento das condições prévias do primeiro Desembolso

22/04/2023: Prazo máximo para solicitação do último Desembolso

22/05/2023: Prazo original do último Desembolso

22/07/2023: Finalização dos pagamentos pendentes a terceiros

22/08/2023: Prazo máximo para conciliação dos registros e apresentação, de maneira satisfatória para o Banco e devolução ao Banco do saldo não justificado dos recursos desembolsados

22/11/2023: Apresentação do Relatório de Auditoria Final

Na ocasião da finalização do Projeto será acordado o pagamento da Auditoria Externa bem como a apresentação da Prestação de Contas dessa despesa junto ao BID. O saldo remanescente em conta será devolvido na moeda do convênio e conforme orientação emitida pelo BID.

3 ARRANJO INSTITUCIONAL E GOVERNANÇA

O arranjo institucional do GEF-Terrestre, resumido na Figura 1, inclui: a) uma instância deliberativa (Comitê Estratégico); b) duas instâncias consultivas: o Comitê Executor formado pelas entidades partícipes do Projeto e a CONABIO, a fim de garantir ampla participação da sociedade civil e de outros setores do governo; c) uma instância de coordenação técnica (UCP); d) uma instância de gestão do Projeto (FUNBIO – agência executora); e e) unidades operativas, instância implementadora das ações do Projeto.

A Agência implementadora do Projeto é o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), responsável pela facilitação e supervisão geral da gestão do Projeto

FIGURA 1. ARRANJO INSTITUCIONAL DO PROJETO.

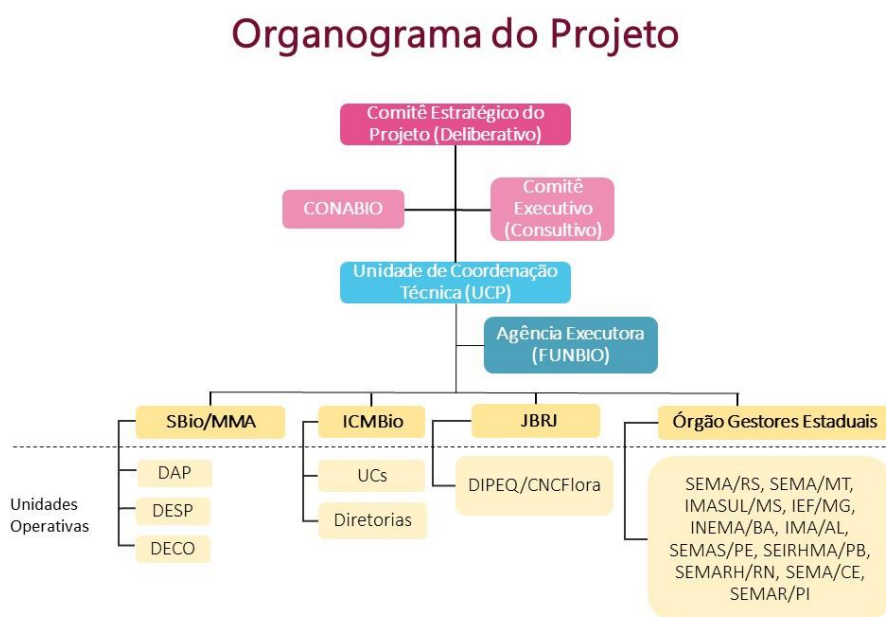


TABELA 2:QUADRO RESUMO DAS INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA DO PROJETO

Governança	Atribuições	Composição
Comitê Estratégico do Projeto	Aprovar orçamento, procedimentos e arranjos de participação, e definir as diretrizes para o planejamento e execução dos componentes pelo Comitê Executor e Unidades Operativas.	SBio/MMA, ICMBio, Órgão Gestor Estadual e FUNBIO (Secretaria Executiva).

CONABIO	Apreciar anualmente as ações do Projeto. Contribuir com propostas de integração e articulação com outras iniciativas, atuando como instância consultiva do Projeto.	Governo e Sociedade Civil.
Comitê Executor	Planejar e acompanhar a execução física e financeira dos componentes e aplicação das políticas de salvaguarda do Projeto. Orientar as unidades operativas para a implementação dos componentes. Propor recomendações para melhorar a execução do projeto.	SBio/MMA, ICMBio, JBRJ, Órgãos Gestores Estaduais, FUNBIO e BID (Observador).
Unidade de Coordenação Técnica do Projeto (UCP)	Coordenar tecnicamente o planejamento, execução e monitoramento (inclusive das políticas de salvaguardas) das atividades do Projeto, a fim de garantir o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Comitê Estratégico do Projeto.	SBio/MMA.
Pontos Focais	Analisar e supervisionar a execução das atividades executadas pelas Unidades Operativas, garantindo o atingimento das metas do Projeto, o monitoramento das salvaguardas e elaboração de relatórios necessários para acompanhamento das partes	Representantes dos Órgãos Gestores Estaduais/ICMBio/JBRJ
Agência Executora do Projeto (UGP)	Planejar e executar as contratações e aquisições previstas nos POAs. Monitorar e avaliar a execução física e financeira e as salvaguardas do Projeto.	FUNBIO
Unidades Operativas	Implementar as atividades planejadas do projeto de forma tempestiva, com qualidade e economicidade conforme dos documentos e normas aplicáveis ao Projeto.	DPIN, DAP, DESP, DECO, ICMBio (Ucs, DIMAN e DIBIO), JBRJ (DIPEQ/CNCFlora), SEMA/RS, SEMA/MT, IMASUL/MS, IEF/MG, INEMA/BA, IMA/AL, SEMAS/PE, SEIRHMA/PB, SEMARH/RN, SEMA/CE, SEMAR/PI.

NOTA: Estas atribuições e responsabilidades também incluem os papéis de cada instituição nos procedimentos detalhados para avaliação e mitigação dos impactos sociais e ambientais apresentados na Pag. 61

Instâncias de Governança

Comitê Estratégico do Projeto
<p>Definição:</p> <p>Instância máxima deliberativa de coordenação do Projeto, que aprova orçamento, procedimentos e arranjos de participação, e define as diretrizes para o planejamento e execução dos componentes pelo Comitê Executor e Unidades Operativas.</p>
<p>Representantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diretor do Departamento de Áreas Protegidas – Preside o Comitê • Diretor do Departamento de Conservação e Manejo de Espécies • Diretor do Departamento de Conservação de Ecossistemas • Dois representantes do Instituto Chico Mendes • Até 4 representantes dos Órgãos gestores estaduais, sendo 1 do bioma Pampa, 1 do bioma Pantanal e 2 do bioma Caatinga • FUNBIO – sem direito a voto, exerce a secretaria executiva do Comitê
<p>Atribuições:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Deliberar sobre o planejamento estratégico do Projeto, estabelecendo procedimentos, diretrizes e critérios para a formalização de parcerias; • Deliberar sobre alocação de recursos entre parceiros do Projeto a partir das propostas da UCP. A partir do segundo ciclo de planejamento, a alocação de recursos deverá considerar o desempenho de cada Unidade Operativa e sua contribuição para o alcance das metas do Projeto, em conformidade com as regras do BID, respeitada a distribuição dos recursos entre componentes; • Acompanhar e avaliar o avanço dos indicadores da Matriz de Resultados do Projeto e propor correção de rumo caso necessário; • Analisar e deliberar sobre as recomendações do Comitê Executor e da CONABIO; • Propor ações estratégicas para melhorar a execução e alcance de resultados do Projeto; • Deliberar sobre propostas para a resolução de problemas que estejam inviabilizando ou diminuindo o ritmo de execução do projeto; • Propor e encaminhar resolução de questões relativas à participação dos órgãos governamentais federais e dos governos estaduais, organizações da sociedade civil e doador; • Acompanhar e cobrar o investimento de contrapartida das instituições partícipes em ações correlatas ao Projeto; • Aprovar a inserção de novas áreas ou novas ações a serem contempladas pelo Projeto; • Criar grupos técnicos de trabalho, quando necessário, para condução de temas específicos; • Aprovar o MOP e suas eventuais alterações.
<p>Seleção dos representantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os suplentes dos representantes da Secretaria de Biodiversidade do MMA serão os diretores substitutos. • Os representantes do ICMBio serão os diretores da Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação (DIMAN) e da Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (DIBIO), que deverão indicar seus suplentes, ou outros indicados por eles;

- Os representantes dos órgãos estaduais (titular e suplente) serão escolhidos dentre os pontos focais ou outros indicados por estes (critérios de seleção e rotatividade deverão ser propostos pelo Comitê Executor);
- O representante do FUNBIO e seu suplente serão indicados pela Secretaria Geral do FUNBIO;
- A rotatividade dos representantes dos órgãos gestores estaduais no Comitê Estratégico (forma e periodicidade) será votada no âmbito do Comitê Executor, podendo a participação nos conselhos da Reserva da Biosfera da Caatinga e do Pantanal ser considerada como preferencial;
- Para os demais membros não haverá rotatividade.

Funcionamento:

- O Comitê Estratégico se reunirá ordinariamente, uma vez ao ano, e extraordinariamente sempre que necessário, podendo ocorrer por videoconferência;
- As despesas relativas à reunião serão custeadas pelo Componente 5 do Projeto;
- O agendamento, organização e registro das reuniões do Comitê Estratégico, serão responsabilidade do FUNBIO, que disponibilizará a ata até 7 dias corridos após a reunião;
- O regimento interno detalha o funcionamento do Comitê sendo aprovado no âmbito da reunião presencial do Comitê e assinado pelo Presidente (diretor DAP/MMA);
- Complementações e observações posteriores ao registro poderão ser consideradas no documento, mediante solicitação encaminhada para UCP e FUNBIO em um prazo de até 10 dias após o envio da ata. Após o período de complementações, o FUNBIO deverá compartilhar o documento final com o Comitê Consultivo do Projeto.

CONABIO (Comissão Nacional de Biodiversidade) – Decreto Nº 4.703 de 21/05/2003

Definição:

Comissão instituída pelo Decreto Nº 4.703 que acompanhará as ações do Projeto dando maior visibilidade a atores externos governamentais e não governamentais que possam contribuir com propostas de integração e articulação com outras iniciativas correlatas.

Representantes:

- Ministério do Meio Ambiente;
- Ministério da Ciência e Tecnologia;
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- Ministério da Saúde;
- Ministério das Relações Exteriores;
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- Ministério da Integração Nacional
- Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República;
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;
- Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Meio Ambiente - ABEMA;

- Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura - CONTAG;
- Movimento Nacional dos Pescadores - MONAPE;
- Comunidade acadêmica, indicado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC;
- Comunidade acadêmica, indicado pela Academia Brasileira de Ciências - ABC;
- Organizações não-governamentais ambientalistas, indicado pelo Fórum de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e para o Desenvolvimento;
- Movimentos sociais, indicado pelo Fórum de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e para o Desenvolvimento;
- Povos indígenas, indicado pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia - COIAB;
- Setores empresariais vinculados à agricultura, indicado pela Confederação Nacional da Agricultura - CNA; e
- Setores empresariais vinculados à indústria, indicado pela Confederação Nacional da Indústria - CNI.

Atribuições: São atribuições da CONABIO estabelecidas no Decreto 4.703, entre outras:

- Promover articulação entre programas, projetos e atividades relativas à implementação dos princípios e diretrizes da Política Nacional da Biodiversidade, e promover a integração de políticas setoriais relevantes;
- Estimular a cooperação interinstitucional e internacional para a implementação dos princípios e diretrizes da Política Nacional da Biodiversidade e da Convenção sobre Diversidade Biológica no país;
- Identificar, propor e estimular ações de capacitação de recursos humanos, fortalecimento institucional e sensibilização pública;
- Acompanhar a execução das ações previstas para atendimento aos princípios e diretrizes para implementação da Política Nacional da Biodiversidade.

Funcionamento:

- O Projeto GEF-Terrestre poderá ser apresentado à CONABIO a fim de colher recomendações para aperfeiçoar a implementação do Projeto em sinergia com outras iniciativas relacionadas à Política Nacional de Biodiversidade;
- As atas das reuniões da CONABIO em que o Projeto tenha sido tratado serão encaminhadas aos Comitês Executor e Estratégico do Projeto.

Unidade de Coordenação do Projeto

Definição:

Instância de coordenação técnica e administrativa constituída por representantes da Secretaria de Biodiversidade (SBio/MMA), responsável por coordenar o planejamento, execução e monitoramento das atividades do Projeto, a fim de garantir o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Comitê Estratégico do Projeto.

Composição:

- I. Do Gabinete da Secretaria de Biodiversidade
 - Titular da Divisão de Projetos Internacionais (titular)
 - Substituto da Divisão de Projetos Internacionais (suplente)

II. Do Departamento de Áreas Protegidas:

- Coordenador(a) de Fomento ao SNUC ou seu substituto eventual (titular)
- Analista Ambiental

III. Do Departamento de Conservação de Ecossistemas:

- 02 Analistas Ambientais

IV. Do Departamento de Conservação e Manejo de Espécies:

- 02 Analistas Ambientais

Atribuições:

- Coordenar tecnicamente o Projeto, monitorando a execução das atividades do Projeto com base nos relatórios consolidados pelo FUNBIO, a fim de garantir o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Comitê Estratégico do Projeto;
- Promover a articulação e integração entre os parceiros do Projeto, garantindo a comunicação e compartilhamento dos documentos do Projeto;
- Orientar as entidades partícipes sobre execução técnica do Projeto para alcance dos resultados esperados;
- Coordenar as atividades do Comitê Executor do Projeto em consonância com as diretrizes do Comitê Estratégico;
- Coordenar o processo de planejamento do Projeto, em conjunto com as entidades partícipes do Projeto e com o FUNBIO;
- Indicar ao FUNBIO os responsáveis pela operacionalização dos POs junto a cada Unidade Operativa;
- Indicar ao FUNBIO os Pontos Focais de cada Unidade Operativa;
- Reforçar aos pontos focais e aos gestores das UOs a importância de suas atribuições em relação à ampla divulgação do Sistema de Queixas, Controle e Responsabilidade a ser gerido pelo FUNBIO;
- Analisar o desempenho das entidades partícipes em relação às metas do Projeto, a partir de relatórios gerenciais periódicos elaborados pelo FUNBIO, e apresentar o resultado destas análises ao Comitê Executor e ao Comitê Estratégico;
- Revisar a versão final dos relatórios semestrais de progresso a ser encaminhada ao Comitê Executor, ao Comitê Estratégico e ao BID, a partir das informações de execução técnica e financeira do Projeto, procedendo os ajustes ou complementação necessários à sua aprovação;
- Adotar os procedimentos e atividades estabelecidos neste Manual, e determinar o seu cumprimento por parte das entidades partícipes e Unidades Operativas do Projeto;
- Analisar eventuais propostas de alterações nos POs, que impliquem em alteração de valores ou transferência de recursos entre Produtos na Matriz de Resultados de modo a verificar se as mesmas implicam mudanças na alocação de recursos do Financiamento Não Reembolsável ou acarretam em impactos nos objetivos e metas do Projeto;
- Acompanhar as atividades, no âmbito de suas atribuições, relacionadas à contrapartida reportada e assumida como compromissos de Financiamentos Paralelos;
- Reportar ao FUNBIO os valores de contrapartida referentes às atividades sob sua responsabilidade executadas com o Financiamento Paralelo.

Funcionamento:

- A coordenação geral da UCP será realizada pelo Departamento de Áreas Protegidas DAP/MMA.
- O contato com a Coordenação Geral da UCP deverá ser feito pelo e-mail gefterrestre_ucp@mma.gov.br;
- Questões específicas de cada componente poderão ser tratadas diretamente com os pontos focais técnicos do componente, desde que copiando a coordenação geral para acompanhamento das ações.

Agência Executora – FUNBIO

Definição:

Associação civil sem fins lucrativos qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), designada pelo MMA, por meio de Acordo de Cooperação, para realizar a gestão financeira do Projeto e atuar como agência executora do Projeto, através do Convênio de Financiamento não-reembolsável de Investimento do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) assinado com o BID.

Composição:

Além da equipe de base do FUNBIO, que prestará apoio ao projeto conforme Convênio de Financiamento não reembolsável, o Projeto será gerido com a dedicação exclusiva da seguinte equipe:

- 1 Gerente
- 1 Analista
- 2 Assistentes

Atribuições:

- Gerir o projeto, zelando pelo seu bom desempenho operacional e financeiro, bem como pelo alcance dos resultados esperados, em conformidade com as salvaguardas ambientais e sociais;
- Gerir a implementação do PGAS – Plano de Gestão Ambiental e Social do GEF Terrestre e consolidar as informações de sua implementação no relatório semestral;
- Divulgar, implementar e gerir o Sistema de Queixas Controle e Responsabilidade, treinar os pontos focais e os representantes das Unidades Operativas na divulgação, recebimento, endereçamento dos inquéritos, sugestões, preocupações e reclamações das partes interessadas;
- Viabilizar a operacionalização do planejamento, execução e monitoramento das atividades do Projeto;
- Conduzir o processo de planejamento e alocação de recursos nos Planos Operativos (PO) do Projeto, sob coordenação e orientação do MMA, e em conjunto com os pontos focais do Comitê Executor;
- Capacitar as entidades partícipes para a utilização do Sistema Cérebro 2.0 e outros procedimentos operacionais;
- Revisar os POs, no que tange à elegibilidade dos insumos planejados em relação às regras acordadas com o BID;
- Garantir a elaboração do Plano de Execução do Projeto (PEP), junto às UOs, Pontos Focais e UCP, e submetê-lo para conhecimento do BID;
- Adequar os POs aprovados no Sistema Cérebro e torná-lo operacional nos prazos estabelecidos neste Manual;

- Identificar, com o apoio das UOs, os fornecedores e prestadores de serviços locais já conhecidos e manter banco de dados atualizado para as contratações e aquisições previstas;
- Auxiliar, sempre que necessário, as UOs e pontos focais das entidades partícipes na elaboração de especificações técnicas e Termos de Referência;
- Prestar apoio técnico para a realização e acompanhamento de atividades relacionadas à sustentabilidade financeira de UCs, e à elaboração e implementação de planos de negócio;
- Contribuir com a identificação de atores locais e mapeamento das ações em cada bioma a fim de promover a integração entre ações dos diferentes componentes;
- Realizar os procedimentos de Procurement necessários para a execução do Projeto, conforme acordado neste Manual;
- Adquirir os bens necessários à implementação do Projeto e repassá-los às entidades demandantes por meio de termos de doação;
- Realizar os processos de contratações dos serviços necessários à consecução das atividades do Projeto;
- Manter controle contábil atualizado e preciso de todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos de doação;
- Fornecer as informações financeiras do Projeto atualizadas, em formato adequado à utilização das mesmas para o acompanhamento e planejamento do projeto, sempre que solicitadas pelo BID, UCP ou Comitê Executor, não se restringindo unicamente ao processo de elaboração dos relatórios periódicos do Projeto, em prazo a ser acordado proporcional à complexidade das informações solicitadas;
- Fornecer eletronicamente ao MMA e ao Comitê Executor o relatório trimestral encaminhado ao BID, assim como o relatório de Auditoria Externa;
- Discutir e propor ajustes em procedimentos, documentos de referência e metodologias para melhorar a execução do Projeto;
- Reunir e consolidar, em coordenação com a UCP, as informações técnicas e financeiras, inclusive de contrapartida, relativas às UOs e entidades partícipes do Projeto;
- Analisar o desempenho de cada entidade partícipe em relação à execução do planejamento proposto;
- Elaborar relatórios semestrais de progresso, a partir das informações técnicas e financeiras e de cumprimento das salvaguardas ambientais e sociais prestadas pelas entidades partícipes fazendo uso das ferramentas de monitoramento elencadas neste Manual;
- Encaminhar à UCP os relatórios de progresso para avaliação dentro dos prazos previstos na seção de monitoramento deste manual;
- Receber solicitações dos parceiros usuários do Sistema Cérebro, a partir de canal específico, e providenciar a resolução de problemas técnicos que eventualmente surjam no sistema Cérebro, em prazo a ser acordado proporcional a complexidade do mesmo; respondendo aos pedidos em até cinco dias úteis e informando os procedimentos e prazos para sua solução;
- Manter o registro das transações por meio de um sistema computadorizado auditável, operado no âmbito do FUNBIO, com capacidade de produzir os relatórios necessários sobre o uso dos recursos;
- Comunicar ao BID qualquer fato ou evento que afete, ou possa afetar, essencialmente o desempenho do projeto;

- Exercer as atividades de Secretaria Executiva dos Comitês Estratégico e Executor do Projeto, que compreendem agendamento e comunicação/convite aos membros, manutenção de planilha atualizada dos membros dos Comitês, lista de presenças com assinaturas das reuniões do comitê, elaboração de atas das reuniões e encaminhamento e acompanhamento das providências quanto às deliberações e/ou recomendações dos Comitês, organização e registro dos documentos respectivos;
- Manter informações e documentos relevantes do Projeto atualizados junto ao site do FUNBIO.

Pontos Focais

Definição:

Representantes dos órgãos gestores estaduais, ICMBio e Jardim Botânico do Rio de Janeiro, responsáveis por fazer a interface entre as diretrizes de suas respectivas instituições e os objetivos do Projeto, supervisionando as atividades realizadas pelas Unidades Operativas (UOs) e fazendo cumprir as diretrizes deste Manual e dos demais documentos do Projeto.

Composição:

O órgão estadual/ICMBio/Jardim Botânico que aderir ao projeto, através de um Acordo de Cooperação assinado com o FUNBIO, deverá indicar um representante e um suplente como Pontos Focais.

Atribuições:

- Seguir o Manual Operacional do Projeto e orientar as equipes envolvidas no Projeto para seguirem os procedimentos neste estabelecidos;
- Manter contato frequente com gestor da(s) Unidade(s) de Conservação contemplada pelo Projeto e outras pessoas envolvidas na execução das atividades, repassando as orientações recebidas e divulgando os manuais, documentos e relatórios do Projeto;
- Coordenar, supervisionar e monitorar a execução de sua Unidade Operativa e reportar à UCP e ao FUNBIO as informações solicitadas sobre a execução do Projeto;
- Conhecer o Plano de Gestão Ambiental e Social do Projeto a fim de garantir que as ações com potenciais impactos sociais e ambientais negativos sejam evitadas e que sejam tomadas medidas preventivas e mitigadoras destes impactos;
- Preencher e submeter o formulário de salvaguardas para identificação dos potenciais impactos sociais e ambientais;
- Reportar ações realizadas, resultados alcançados e impactos decorridos de suas ações;
- Garantir o preenchimento e validar informações dos relatórios de Monitoramento e Avaliação do Projeto: Tracking Tools, Relatório de Progresso e quaisquer outras informações necessárias que sejam solicitadas pelo doador, pelo FUNBIO ou pela UCP;

- Reportar anualmente os dados de contrapartida de sua Unidade Operativa à UCP e FUNBIO;
- Divulgar amplamente às comunidades e parceiros o Sistema de Queixas, Controle e Responsabilidade e outros canais de comunicação que possam ser utilizados para reclamações;
- Manter a UCP e o FUNBIO informados sobre alterações na equipe de gestão do Projeto indicando ao FUNBIO o perfil de cada usuário no Sistema Cérebro (solicitante, preenchedor ou ponto focal);
- Validar os Planos Operativos no Sistema Cérebro;
- Garantir que as especificações técnicas e Termos de Referência dos insumos a serem contratados/adquiridos pela sua Unidade Operativa estão de acordo com as necessidades para alcance das metas do Projeto;
- Participar das Oficinas de Planejamento do Projeto;
- Participar das Reuniões do Comitê Executor do Projeto;
- Fazer contato com a UCP (gefterrestre_ucp@mma.gov.br) e com o FUNBIO (gefterrestre@funbio.org.br) no caso de dúvidas, questionamentos, sugestões e elogios relativos ao Projeto.

Comitê Executor

Definição:

Comitê consultivo do Projeto constituído pelos pontos focais das entidades partícipes do Projeto, responsável pela implementação do Projeto bem como pela orientação às unidades operativas para a implementação dos componentes. Acompanha a execução do Projeto e propõe recomendações para melhorar sua execução.

Representantes:

- Quatro representantes da Secretaria de Biodiversidade do MMA (UCP)
- Dois representantes (pontos focais) do Instituto Chico Mendes
- Um representante (ponto focal) de cada órgão estadual do Projeto
- Um representante (ponto focal) do Jardim Botânico do Rio de Janeiro
- Um representante do FUNBIO

Atribuições:

- A atribuição principal desta instância é fazer recomendações ao Comitê Estratégico. Todos os membros deste Comitê têm direito à voz;
- Analisar os resultados e impactos do Projeto a partir dos indicadores da matriz de resultados, tendo como base os relatórios de progresso consolidados pelo FUNBIO;
- Orientar as Unidades Operativas para a implementação das atividades sob sua responsabilidade repassando as diretrizes do Projeto à equipe local;
- Propor ações estratégicas e operacionais, inclusive em procedimentos, documentos de referência e metodologias que possam contribuir para um eficiente andamento do projeto;
- Identificar iniciativas correlatas aos objetivos do Projeto e articular com parceiros locais para implementação das ações necessárias para alcance das metas propostas;

<ul style="list-style-type: none"> • Auxiliar na resolução de problemas que possam inviabilizar ou diminuir o ritmo de execução do Projeto; • Propor critérios para seleção de áreas ou ações a serem priorizadas pelo Projeto, quando necessário; • Propor a criação de grupos técnicos de trabalho, quando necessário, para condução de temas específicos; • Propor a revisão do Manual Operacional do Projeto.
<p>Seleção dos representantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os representantes de cada entidade partícipe no Comitê Executor serão os pontos focais institucionais indicados à UCP. No caso do ICMBio, além do ponto focal será feita a indicação de representante da Diman.
<p>Funcionamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • As reuniões do Comitê Executor serão presididas pelo DAP/MMA; • O Comitê se reunirá ordinariamente uma vez ao ano e extraordinariamente quando solicitado pela maioria dos membros ou quando identificada a necessidade pela UCP; • O agendamento, organização e registro das reuniões será de responsabilidade do FUNBIO, que exercerá a Secretaria Executiva do Comitê; • O registro das reuniões deverá ser encaminhado para os participantes até 10 dias após a reunião e os participantes terão 10 dias para manifestar qualquer necessidade de ajuste à ajuda memória da reunião; • Após o período de complementações, o FUNBIO consolidará a versão final para disponibilizar aos membros dos Comitês Executor e Estratégico do Projeto; • Poderão participar das reuniões do Comitê Executor outros representantes das entidades partícipes desde que arquem com os próprios custos; • Os assuntos discutidos pelo Comitê Executor que necessitem de aprovação pelo Comitê Estratégico deverão ser encaminhados à UCP na forma de recomendações.

Unidades Operativas
<p>Definição:</p> <p>São as instituições ou unidades organizacionais destas que possuem atividades no Plano Operacional (detalhamento das ações em atividades e insumos, considerados necessários para o alcance dos objetivos e metas do Projeto, bem como eventuais atividades que sejam necessárias para prevenir ou mitigar impactos negativos do Projeto), responsáveis pela implementação das atividades planejadas, incluindo departamentos, diretorias, unidades de conservação, institutos de pesquisa ou outras que estejam vinculadas a uma das entidades partícipes com as quais tenha sido firmado Acordo de Cooperação.</p>
<p>Atribuições:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementar as ações do Projeto; • Preencher as ferramentas de planejamento, execução e monitoramento do Projeto, como por exemplo o formulário de verificação socioambiental, SAMGe, PO, Tracking Tools, entre outros, subsidiando a UCP e FUNBIO para a elaboração de relatórios periódicos; • Firmar Acordo de Cooperação com o FUNBIO para execução do Projeto, por meio de suas respectivas instituições;

- Observar as salvaguardas do BID e consolidar as evidências de cumprimento e informar ao FUNBIO possíveis problemas ocasionados pelas ações do Projeto assim que identificados;
- Fazer a gestão financeira e técnica das atividades que estão sob sua responsabilidade; solicitando o apoio do ponto focal de sua instituição assim como do FUNBIO, sempre que necessário;
- Elaborar Plano Operacional (PO) referente a suas atividades e encaminhá-lo ao ponto focal para validação via Sistema Cérebro;
- Elaborar Termos de Referência (TdRs) e especificações técnicas em conformidade com os procedimentos exigidos pelo BID, sob orientação do FUNBIO, sob supervisão do ponto focal da entidade partícipe à qual está vinculada, e com o devido acompanhamento das áreas técnicas responsáveis dentro das respectivas instituições;
- Acompanhar a execução dos serviços contratados e zelar pelo seu desempenho nas condições, forma e prazos contratados, avaliando seus resultados;
- Informar ao ponto focal da entidade partícipe sua contrapartida para o Projeto GEF-Terrestre;
- Solicitar a UCP, FUNBIO e ponto focal da entidade partícipe, orientações no caso de dúvidas relativas ao Projeto;
- Preencher as informações sobre as atividades desenvolvidas para subsidiar a elaboração dos relatórios de progresso;
- Manter contato frequente com o ponto focal da sua entidade partícipe, para reportar problemas e prestar e obter informações necessárias para uma eficiente implementação do Projeto;
- Permitir amplo acesso do ponto focal da entidade partícipe, UCP e FUNBIO aos documentos relacionados à execução do Projeto;
- Divulgar o apoio do Projeto GEF-Terrestre quando da comunicação sobre as atividades apoiadas;
- Observar e cumprir as regras e procedimentos estabelecidos neste Manual.

Seleção:

- Cada entidade partícipe deverá indicar quais serão as unidades que deverão ter POs para a implementação das atividades sob sua responsabilidade.

Funcionamento:

- As atividades das Unidades Operativas deverão ser supervisionadas pelo ponto focal da instituição à qual pertence, representante da entidade no Comitê Executor.
- As entidades partícipes devem definir seus fluxos de procedimentos internos conforme necessidade.

4 COMPONENTES DO PROJETO

4.1 Componente 1: Criação de Unidades de Conservação.

Este componente tem como objetivo apoiar a criação de novas Unidades de Conservação nestes biomas contribuindo para o alcance da meta nacional de biodiversidade Nº 11, conforme definida acima pela CONABIO. A listagem de propostas selecionadas é abrangente suficiente para considerar categorias de proteção integral e uso sustentável do SNUC, considerando inclusive a criação de Áreas de Proteção

Ambiental (APA) com o objetivo de integrar estratégias de manejo em terras públicas e privadas disciplinando o processo de ocupação e uso de recursos naturais em paisagens mais amplas.

O inciso III do artigo 225 da Constituição Federal determina como atribuição dos entes federados a definição de espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos. O tipo de espaço territorial especialmente protegido mais eficiente para a conservação da biodiversidade *in situ* são as unidades de conservação (UC). O processo de criação de unidade de conservação é regido pelo Capítulo IV da Lei nº 9.985/2000 e pelo Capítulo I do Decreto nº 4.340/2002. Para as UCs federais existem ainda as Instruções Normativas nº 03 de 18/09/2007 e a nº 05 de 15/05/2008, que podem ser tomadas como referência para as UC estaduais e municipais.

A criação de UCs, conforme definida na Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, deve ser precedida de estudos técnicos e consulta pública, (com exceção das categorias estação ecológica e reserva biológica, onde a consulta pública não é obrigatória), e esses processos competem ao órgão gestor proponente da nova UC (art. 4º do Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002). Neste projeto, além dos estudos tradicionalmente realizados de caracterização biológica, uso do solo e avaliação socioeconômica, esta última avaliação deverá contemplar uma caracterização cultural e etnográfica das comunidades que utilizam ou moram na região da UCs proposta. Após concluídos os estudos técnicos e realizadas as consultas públicas que permitam identificar a localização, a dimensão, os limites mais adequados para a unidade, bem como a categoria prevista na Lei do SNUC que melhor atenda ao objetivo que motiva a criação. Tais estudos devem acompanhar o projeto do ato do poder público que visa criar a UC.

Em geral, a criação de novas UCs deve ser orientada pela definição de Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira, publicada pelo MMA para todo o território Brasileiro (Portaria Nº 09, de 23 de janeiro de 2007). É possível contar ainda com os estudos elaborados pelos Estados, cuja escala espacial aumenta a qualidade das informações sobre os alvos e metas de conservação.

Com a criação de novas UCs cresce o desafio de mecanismos para a sustentabilidade financeira destas áreas. Deste modo, este componente também prevê a elaboração de planos de financiamento a partir da projeção de custos para se consolidar e manter as UCs e da elaboração de uma estratégia de captação, gestão e execução de recursos para que seja garantida a viabilidade de gestão dessas UCs. O objetivo dos planos de financiamento é garantir a implementação das UCs não apenas a partir dos recursos orçamentários alocados, mas fazer um planejamento para ampliar a geração de renda a partir das atividades relacionadas aos objetivos de criação da UC (turismo, produção sustentável, etc) e da captação de fontes alternativas de receitas, conforme a realidade local (serviços ecossistêmicos, parceria com instituições de pesquisa, ONGs, setor privado, entre outros).

Para a execução deste componente, o Ministério do Meio Ambiente, como órgão central e coordenador do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, realizou, durante a fase preparatória do Projeto, levantamento junto aos órgãos executores da demanda de propostas de criação e ampliação de Unidades de Conservação nestes biomas. Este levantamento consistiu na consulta aos órgãos gestores de unidades de conservação e preenchimento de fichas de avaliação contendo características básicas da proposta que possibilitaram seu enquadramento em uma das seguintes fases do processo de criação de acordo com a tabela 3.

Tabela 3. Fases do processo de criação das unidades de conservação.

Fase do processo de criação	Descrição
Sem Processo formal	Contempla-se a criação/expansão da UC, mas ainda não foi iniciado o processo de criação
Preliminar	Análise preliminar das demandas
Preparatória	Levantamentos de informações secundárias, definição de equipe, parceiros e colaboradores
Analítica	Estudos em campo do ambiente natural, socioeconômico/cultural e uso e ocupação do solo, realização de vistorias, definição de limites preliminares
Consultiva	Realização de oitivas com grupos de interesse, realização de consulta pública, consultas a demais instituições de interesse
Conclusiva ou propositiva	Instrução final do processo, memorial descritivo, minuta de Decreto e Exposição de Motivos, encaminhamento da proposta ao MMA e Casa Civil da Presidência da República

No total foram recebidas 69 propostas de criação ou ampliação de unidades de conservação passíveis de serem apoiadas pelo Projeto, distribuídas da seguinte forma: 49 na Caatinga, 13 no Pantanal e 5 no Pampa. Estas propostas foram avaliadas conforme os requisitos e critérios abaixo:

Requisitos e critérios para seleção de propostas de criação/ampliação:

- Órgão gestor estadual com Ponto focal no Projeto GEF-Terrestre – indicação formal de representante do órgão gestor no Projeto;
- Área proposta exclusivamente ou predominantemente (acima de 50%) inserida em um dos biomas alvo do Projeto: Caatinga, Pampa ou Pantanal, considerando limites do mapa de biomas do Brasil (IBGE, 2004);
- Áreas prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira (Portaria MMA nº9 de 23/01/2007 ou atualizações); e
- Áreas que abrigam espécies não registradas em UCs (“espécies-lacuna”)

Com a aplicação dos critérios elencados foi definida uma lista curta de 29 (Anexo 2) propostas de UCs que terão prioridade de apoio por este componente. Eventualmente, o órgão gestor responsável pela proposta poderá substituí-la por outra mediante justificativa e preenchimento da ficha de avaliação para a nova proposta.

Critérios para a revisão de UCs pré-selecionadas

Alterações ou inclusão de novas áreas sobre as áreas pré-selecionadas para este componente poderão ser propostas nos seguintes casos:

- a) Quando propostas de criação inicialmente previstas tiverem seus estudos para criação concluídos e que no desenho final da UC haja previsão de reassentamento involuntário (conforme plano de gestão ambiental e social disponibilizado no link acima); ou
- b) A UC proposta tenha sido criada. Neste caso, o órgão gestor deve se certificar de que a UC foi incluída no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação;

Alterações das UCs pré-selecionadas ou inclusão de novas para o Componente 2 poderão ser propostas nos seguintes casos:

- a) Quando a Unidade de Conservação já estiver recebendo apoio de outra fonte para a elaboração e implementação de seu plano de manejo;
- b) Se a UC estiver sem gestor ou equipe mínima suficiente para executar as ações previstas no Projeto; ou
- c) Quando houver comunicação divulgada a todas as instituições partícipes para revisão ou inclusão de nova UC.

No caso de eventual alteração (substituição ou inclusão) das UCs pré-selecionadas para o componente 2 deverá ser priorizado o ingresso de UCs do componente 1 que foram criadas, e considerados os seguintes requisitos:

- Localização exclusiva ou predominantemente em um dos biomas contemplados pelo Projeto (Pantanal, Caatinga ou Pampa), conforme mapa do IBGE (2004)
- Registro atualizado no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
- Preenchimento da ferramenta Tracking Tool do GEF e do SAMGe
- Capacidade de implementação e uso dos instrumentos apoiados pelo Projeto
- Concentração de demanda de ações em outros componentes do Projeto (Recuperação de áreas degradadas e implementação de ações de PANs), a fim de otimizar o alcance de resultados do Projeto.

A meta de apoiar a criação de um milhão de hectares será mensurada a partir da área das propostas que tiverem progresso entre as fases do processo de criação descritas na Tabela 3 deste documento. Quando o processo já estiver em fase conclusiva, o progresso será registrado pela publicação do instrumento legal de criação.

Tabela 4. Projeção do percentual de proteção dos Biomas apoiados pelo Projeto a partir da criação de novas Unidades de Conservação sobre as áreas pré-selecionadas.

Bioma	% do Bioma em área protegida (UC)	Meta criação de UC Projeto (ha) e % em relação ao Bioma	Soma: % de UC + Meta Projeto (%)	Propostas recebidas (ha)	Potencial de proteção do Bioma com todas as propostas apoiadas pelo Projeto (%)
Caatinga	7,6	386.053 (0.47 %)	8,1	1.428.764	9,3
Pampa	2,7	312.822 (1.8 %)	4,5	312.822	4,5
Pantanal	4,6	310.763 (2.04 %)	6,6	868.905	10,3
Total		1.009.638 (4,29%)		2.610.491	

a. **Metas do componente 1:**

- Apoiar o processo de criação, por meio da realização de estudos e/ou consulta pública de pelo menos 24 propostas de criação ou ampliação de Unidades de Conservação
- Criar 1 milhão de hectares de novas Unidades de Conservação
- Desenvolver planos de sustentabilidade financeira para as UCs com processo de criação concluído

b. **Indicadores:**

- Hectares de Unidades de Conservação criadas na Caatinga, Pampa e Pantanal.
- Número de UCs com planos de sustentabilidade financeira elaborados.

4.2 Componente 2: Manejo em Unidades de Conservação e áreas adjacentes.

Este componente tem o objetivo de fortalecer a gestão de Unidades de Conservação por meio do provimento de insumos e do apoio a programas e práticas de manejo, tanto dentro como no entorno das UCs, e assim apoiar a implementação de uma gestão mais efetiva, garantindo a conservação ou o uso sustentável dos recursos naturais e processos ecológicos, com base no uso eficiente de recursos, infraestrutura e pessoal qualificado, por meio de planejamento e processos participativos de gestão. Para assegurar efetividade ao processo de gestão é importante considerar o contexto onde a área está inserida e buscar um manejo adaptativo, que permita a reflexão e o contínuo ajuste do modelo adotado para garantir impactos positivos na paisagem.

A consolidação de Unidades de Conservação pressupõe a implantação de uma infraestrutura de gestão que garanta a integridade das UCs no curto prazo e viabilize o planejamento de médio prazo para que elas cumpram as finalidades de sua criação. Este componente visa promover a consolidação e o manejo efetivo de UCs e seu entorno por meio de três subcomponentes: 2.1. Fortalecimento da gestão de Unidades de Conservação, verificada por meio de ferramentas de monitoramento da gestão e da biodiversidade; 2.2. Práticas participativas de manejo do fogo em UCs e em 20.000 hectares de áreas adjacentes elas, com envolvimento e capacitação das comunidades locais; e 2.3. Manejo de paisagens produtivas, buscando a valoração dos serviços ecossistêmicos e a adoção de práticas que minimizem os impactos negativos de atividades produtivas sobre a biodiversidade.

As UCs a serem contempladas pelos subcomponentes 2.1 e 2.2 (Tabela 2) foram pré-selecionadas a partir de critérios elaborados e discutidos de forma participativa durante a fase preparatória do Projeto. Foram consideradas as informações registradas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) ou outras disponibilizadas pelas entidades vinculadas ao MMA (ICMBio e JBRJ). Para o subcomponente 2.3, houve uma prospecção inicial que resultou na menção de algumas áreas nesse documento, cuja confirmação requer a articulação com estados e outros parceiros, além da verificação mais apurada do interesse local. Essa prospecção inicial não exclui outras áreas que atendam os critérios abaixo resumidos.

Para o fortalecimento da gestão (subcomponente 2.1) foram priorizadas UCs com necessidade de apoio para ações previstas em mais de um componente do Projeto GEF-Terrestre: proposta de ampliação (componente 1), ausência ou necessidade de revisão de plano de manejo (componente 2), potencial para restauração (componente 3) e local de implementação de ação de PANs (componente 4).

A seleção de UCs para o subcomponente 2.2 incluiu o histórico do fogo e de manejo da pastagem nos biomas, previsão nos planos de manejo das UCs do uso do fogo para o controle de biomassa e diminuição da ocorrência de incêndios florestais, a contribuição desse manejo para o ganho efetivo na conservação da biodiversidade e a existência de brigada de incêndio nas UCs.

Para o subcomponente 2.3, a indicação preliminar de áreas passíveis de apoio partiu de áreas já selecionadas para atuação por outros componentes onde há alguma atividade produtiva com potencial impacto para a conservação da biodiversidade. Entretanto, a confirmação das áreas mencionadas neste documento irá requerer uma maior articulação com os estados e parceiros que estariam diretamente envolvidos com as atividades produtivas.

4.2.1 Subcomponente 2.1 -Gestão efetiva das Unidades de Conservação:

Este subcomponente, visando prover condições para que as UCs tenham uma gestão mais efetiva, tem como linhas de apoio: a elaboração ou revisão de planos de manejo (incluindo a elaboração ou revisão de planos específicos, como plano de proteção, plano de uso público, entre outros); planos de sustentabilidade, o provimento de infraestrutura e equipamentos e o fomento ao desenvolvimento das atividades associadas aos objetivos de criação da UC ou previstas em seus planos de manejo. As UCs selecionadas para este componente foram propostas pelos órgãos gestores de UCs tendo cumprido os seguintes requisitos:

- a. Localização exclusiva ou predominantemente em um dos biomas contemplados pelo Projeto (Pantanal, Caatinga ou Pampa), conforme mapa do IBGE (2004)

- b. Registro atualizado no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
- c. Preenchimento da ferramenta Tracking Tool do GEF
- d. Capacidade de implementação e uso dos instrumentos apoiados pelo Projeto (equipe mínima e apoio institucional)

Considera-se como gestão efetiva aquela que implementa as ações previstas nos planos de manejo e que contribuem para que os objetivos de criação da Unidade sejam alcançados. Dessa forma, a avaliação da gestão passa pela análise das condições necessárias para isso, que inclui: infraestruturas da UC (sede administrativa e bases avançadas), equipamentos mínimos para execução das atividades (material de escritório e de campo), pessoal alocado (servidores e colaboradores) e instrumentos de planejamento (plano de manejo e planos específicos).

Todas as unidades de conservação selecionadas para o Subcomponente 2.1 deverão preencher as seguintes ferramentas para aferição da efetividade de gestão das UCs:

- a) Tracking Tool - ferramenta do GEF de uso obrigatório para monitoramento da gestão no início, meio termo e fim do projeto.
- b) Sistema de Análise e de Monitoramento da Gestão (SAMGe) - desenvolvido pelo ICMBio e adotado pelo Projeto GEF-Terrestre como instrumento orientador das ações a serem apoiadas em cada UC a partir da análise dos alvos de conservação, das ameaças existentes e dos desafios de gestão prioritários para promover efetividade da gestão. O preenchimento deste é requisito para a elaboração do PO (Plano Operativo) das unidades de conservação.

A. Planos de Manejo e planos específicos associados

O manejo de uma UC implica em compreender a dinâmica do território, para então estabelecer o conjunto de ações necessárias para a gestão e o uso sustentável dos recursos naturais nas atividades desenvolvidas no interior e nas áreas do entorno, compatibilizando os diferentes usos da terra e a conservação da biodiversidade.

A Lei do SNUC define o Plano de Manejo como o documento técnico que estabelece o zoneamento e as normas que regem o uso da área e o manejo dos recursos naturais numa UC, observados os seus objetivos de criação. O art. 27, §1º estabelece que toda UC deve dispor de um Plano de Manejo que abrange a área da Unidade de Conservação, sua zona de amortecimento e corredores ecológicos, incluindo medidas capazes de promover a sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

Evidencia-se assim o caráter essencial do Plano de manejo para a gestão efetiva da UC e justifica-se, portanto, a necessidade da análise das informações existentes sobre a área de inserção da UC que subsidiem a regulamentação da sua ocupação e do uso dos recursos em seu interior e em sua zona de amortecimento.

O processo de elaboração de Planos de Manejo tem enfoque multidisciplinar, tratando de questões ambientais, socioeconômicas, históricas e culturais que caracterizam a Unidade de Conservação e a região em que se insere.

No âmbito do Projeto GEF-Terrestre, a elaboração ou revisão de Planos de Manejo deverá garantir que esse se coadune com os demais planos específicos, como os de proteção e uso público ou outros que sejam necessários, buscando-se também a sua elaboração ou revisão, sempre que necessário.

A elaboração de planos de sustentabilidade financeira visa identificar potenciais fontes de recursos e mecanismos para diminuir a lacuna de financiamento de uma UC ou de um conjunto de UCs.

O potencial de geração de receitas irá depender dos serviços ecossistêmicos providos pela UC, das atividades permitidas em sua categoria de manejo, da localização da UC, dos tipos de uso da terra no entorno, dos incentivos às boas práticas ambientais existentes, entre outros fatores. As principais atividades que agregam valor às UCs, em geral, estão relacionadas à extração sustentável de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros e à visitação. Outras fontes incluem a compensação ambiental,

a compensação por Reserva Legal, pagamentos por serviços ambientais (artigos 47 e 48 do SNUC), doações nacionais e internacionais, conversão de multas, entre outras.

Os planos de sustentabilidade deverão ser operacionais, ou seja, trazer não apenas os custos e instrumentos e fontes de recursos disponíveis e potenciais, mas também delinear a forma de aplicação desses recursos a fim de que os gestores possam, de fato, colocá-los em prática.

Para a elaboração dos planos de sustentabilidade financeira devem ser seguidas as seguintes etapas: i) Diagnóstico (custos necessários), ii) Fontes existentes, iii) Lacuna de financiamento, iv) Mapeamento de fontes potenciais, v) Priorização das fontes potenciais, vi) Estratégia financeira, e, vii) Plano de ação.

B. Infraestrutura e equipamentos

Infraestrutura e equipamentos são elementos fundamentais para garantir a gestão efetiva de uma Unidade de Conservação e estão diretamente relacionados à autonomia e à capacidade de implementação do plano de manejo e demais planos específicos, quando existentes.

No âmbito deste Projeto poderão ser apoiadas as demandas de infraestrutura relativas à construção, reforma e manutenção de instalações que compõem as sedes administrativas e bases avançadas das UCs. Prevê-se também o apoio à aquisição e manutenção de equipamentos necessários à melhoria da gestão e implementação do plano de manejo da UC.

Os equipamentos demandados serão divididos entre os materiais de campo (veículos, embarcações, GPS, câmeras, entre outros), voltados para realizar o deslocamento, registro e disponibilização de informações pelas equipes gestoras; e os materiais de escritório (informática, comunicação, entre outros), que viabilizam o planejamento das ações da gestão e a execução das rotinas administrativas correspondentes.

O objetivo principal do fomento às necessidades de infraestrutura e equipamentos é prover condições para o efetivo funcionamento das atividades de gestão e conservação, sempre buscando o cumprimento dos objetivos pelo qual a UC foi criada. Ou seja, é um meio para o alcance das metas de conservação da UC e deve estar essencialmente relacionado com as atividades previstas no plano de manejo da UC e com as demais atividades apoiadas por este Projeto.

C. Programa de monitoramento da biodiversidade

O monitoramento da biodiversidade é fundamental para avaliar a efetividade com que as UCs conservam a diversidade de espécies e a capacidade de manutenção dos elementos que integram os ecossistemas nos quais essas espécies se reproduzem. Saber o quanto as UCs abrigam de biodiversidade, o quanto mantém dos serviços ecossistêmicos e como vêm respondendo às transformações climáticas ou de uso da terra são questões essenciais para o desenvolvimento de estratégias que maximizem a proteção, garantam a perenidade dos recursos naturais e subsidiem a tomada de decisão, considerando a escala da paisagem. As mudanças climáticas vêm se incorporando de modo cada vez mais explícito e urgente nas avaliações de gestão realizadas, e a suscetibilidade e resiliência das UCs frente às mudanças climáticas também devem ser avaliadas.

No escopo deste Projeto, além da conversão direta de habitat pela monocultura, pode-se destacar como grandes vetores de pressão sobre a biodiversidade do Pampa, Pantanal e Caatinga, que devem ser monitorados: as mudanças climáticas e as consequentes alterações nesses biomas como as alterações no regime hídrico, os processos de desertificação e degradação do solo; a dinâmica do fogo; a gestão dos recursos hídricos, e a introdução de espécies exóticas e manejo inadequado de pastagens.

Este subcomponente irá apoiar o desenvolvimento e implementação de protocolos para monitoramento da biodiversidade em ecossistemas abertos (ambientes campestres e savânicos), os quais predominam nos biomas alvo deste Projeto, dando continuidade ao Programa de Monitoramento da Conservação da Biodiversidade do ICMBio (Programa Monitora) e promovendo ganho de escala na medida em que órgãos gestores estaduais adotem os mesmos protocolos.

Neste programa de monitoramento são valorizados métodos factíveis por não especialistas, de baixo custo, com boa comunicação com a sociedade. Por meio desta linha de apoio do subcomponente 2.1,

poderá ser implementado o monitoramento in situ em todas as UCs federais contempladas pelo Projeto, bem como as estaduais que manifestarem interesse em adotar os protocolos, em parceria com o ICMBio.

Além disso, o Projeto visa apoiar o desenvolvimento e a implementação de cooperação técnica entre instituições parceiras para realizar o monitoramento na escala de paisagem. Tal parceria visa obter dados complementares que permitirão uma avaliação da contribuição das UCs na conservação de ecossistemas sensíveis a vetores de pressão que tem alterado a dinâmica hídrica e favorecido a arenização, mudança nos regimes de alagamento e similares nos biomas alvo do Projeto.

D. Implementação das ações de manejo

Há uma linha de apoio específica para implementação das ações de manejo que visam dar suporte à implementação de ações diversas previstas no plano de manejo ou em planos específicos. Poderão ser apoiadas, por exemplo, ações de proteção à UC contra ameaças em geral (ex. invasão, incêndios, caça), práticas de manejo voltadas ao controle ou erradicação de espécies exóticas invasoras, ações de mitigação de processos de desertificação/arenização, práticas de manejo necessárias para a proteção de espécies ameaçadas, promoção do uso público entre outras ações importantes para a manutenção de serviços ecossistêmicos e conservação da biodiversidade dentro das UCs.

Os insumos no âmbito do componente 2 devem ser planejados considerando as ações de manejo elencadas no Anexo 11.

a. Meta do subcomponente 2.1:

- Melhorar a efetividade de gestão nas UCs selecionadas.
- Protocolos de monitoramento da biodiversidade desenvolvidos e testados em 11 UCs.

b. Indicadores:

- Pontuação da ferramenta Tracking Tool
- Número de UCs com instrumentos de planejamento (planos de manejo e planos específicos) elaborados e/ou atualizados
- Número de UCs contempladas por planos de sustentabilidade financeira.
- Número de UCs com protocolos de monitoramento da biodiversidade testados

4.2.2 Subcomponente 2.2 - Manejo do fogo:

O uso do fogo tem contextualização e histórico diferentes nos três biomas contemplados por este Projeto. Para haver efetivo controle do fogo e de seu uso é preciso que pesquisas multidisciplinares analisem as motivações e as formas de uso do fogo no contexto das realidades locais. Além disso, para que ocorram mudanças reais nesse cenário, são necessárias abordagens e metodologias participativas que enfoquem a experiência e os saberes de todos os atores sociais envolvidos na questão.

O Manejo Integrado do Fogo (MIF) considera aspectos relacionados às questões institucionais (legalidade e missão), estruturais (infraestrutura), efeitos do regime de queima sobre a biodiversidade e os ecossistemas (ecologia do fogo); aspectos sobre a “cultura do fogo”, em que questionamentos sobre “quem”, “onde”, “como” e “quando” se utilizar o fogo como ferramenta (de manejo da paisagem ou agrícola) são levados em consideração. As pesquisas e produções científicas são importantes aliadas do MIF, por contribuírem, por exemplo, para maior entendimento dos padrões e processos ecológicos e do impacto gerado pelos regimes de fogo sobre a gestão territorial e vice e versa.

No âmbito do Projeto GEF-Terrestre, propõe-se o apoio ao manejo do fogo em pelo menos uma UC em cada um dos três biomas contemplados, e, para difundir as práticas de manejo, propõe-se a elaboração

ou adaptação de protocolos de manejo do fogo que possam ser adotados por proprietários rurais que receberão capacitação para a adoção de tais práticas. Os protocolos devem ser abrangentes o suficiente para que sejam utilizados em todo o bioma. Com isso, pretende-se diminuir o trabalho com as emergências decorrentes de incêndios e aumentar o foco na prevenção, contando com parcerias locais. A expectativa é de que essas ações contribuam para diminuir a área atingida por incêndios. A busca de parceria com os estados e articulação com outras instituições será crucial para expandir a área sob manejo do fogo para além das UCs.

A meta deste subcomponente é de adotar as práticas de manejo do fogo em 20.000 hectares adjacentes a UCs. O ICMBio, o IBAMA, as comunidades locais e os órgãos estaduais deverão contribuir para o alcance dessa meta por meio do desenvolvimento de protocolos de manejo do fogo ou de práticas alternativas ao uso do fogo e sua divulgação e sensibilização das comunidades locais sobre a importância de adotar práticas que minimizem os incêndios de grandes proporções. Para o computo da área sob manejo ou exclusão do fogo serão consideradas todas as ações previstas para interferir na disponibilidade de biomassa seca (combustível), queima prescrita, construção de aceiros ou práticas alternativas que visem a exclusão do fogo.

a. Meta do subcomponente 2.2:

- 20.000 hectares de áreas adjacentes a unidades de conservação onde estão sendo adotadas práticas para evitar a emissão de carbono.
- Redução de 20% da área atingida por incêndios nas três unidades de conservação onde o Manejo Integrado do Fogo (MIF) é implementado

b. Indicadores do subcomponente 2.2:

- Área (em hectares) onde são adotadas práticas para evitar a emissão de carbono
- Percentual de redução da área atingida por incêndios

4.2.3 Subcomponente 2.3 - Manejo em áreas produtivas

Este subcomponente tem o objetivo de promover o uso sustentável de recursos naturais por meio da conciliação de atividades econômicas praticadas por populações locais com a manutenção da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos em paisagens produtivas.

Por meio deste subcomponente poderão ser apoiados: (i) o desenvolvimento e implementação de instrumentos normativos regulamentando o uso de recursos naturais por comunidades residentes em unidades de conservação; e (ii) implementação de boas práticas por comunidades locais relacionadas às atividades produtivas que contribuam com a conservação da biodiversidade e manutenção de serviços ecossistêmicos.

Dentro de UCs este subcomponente poderá apoiar a elaboração e implementação de acordos de gestão (em UCs de uso sustentável), termos de compromisso (em UCs de proteção integral) a fim de regulamentar determinados usos, promover ações participativas e evitar conflitos, ações estas que contribuirão também para uma maior efetividade de conservação das UCs.

No entorno de UC ou mesmo dentro de UCs de categorias que permitam atividades produtivas, levantou-se como potenciais atividades a serem trabalhadas o extrativismo de produtos madeireiros e não madeireiros, a criação de caprinos, ovinos e gado, a meliponicultura e sistemas agroflorestais, os quais podem estar associados a restauração promovida pelo componente 3 deste Projeto.

c. Meta do subcomponente 2.3:

- Implementação de boas práticas relacionadas ao uso sustentável da biodiversidade e manutenção de serviços ecossistêmicos em 3 comunidades associadas a unidades de conservação ou em paisagens produtivas.

d. Indicadores do subcomponente 2.3:

- Número de família que adotam boas práticas produtivas.

4.3 Componente 3: Recuperação de áreas degradadas.

Este componente apoia a recuperação estratégica, florestal ou não florestal, de áreas degradadas no entorno e/ou interior das UCs visando: i) aumentar o estoque de carbono; ii) promover a adoção de práticas de manejo sustentáveis nas áreas de vegetação nativa existentes; e iii) mitigar os efeitos da fragmentação e promover a conectividade e fluxo gênico. Os impactos esperados dessas atividades incluem: melhoria e aumento de habitat para espécies ameaçadas, redução das espécies exóticas invasoras e melhoria no provimento de serviços ecossistêmicos.

Por meio deste componente será apoiada a elaboração de documentos técnicos que orientem a recuperação estratégica de áreas degradadas nos biomas Caatinga, Pantanal e Pampa, tais como: árvores de decisão e protocolos de monitoramento da recuperação em campo e mapas de áreas prioritárias para recuperação nos biomas. Além disso, esse componente promoverá a recuperação de 5.000 hectares de áreas degradadas no entorno e/ou no interior de UCs. A fim de diminuir custos e promover o engajamento das pessoas nas ações de recuperação, será priorizada a restauração de base comunitária.

Durante a fase preparatória do projeto, foi realizado um levantamento, a partir dos dados oficiais de desmatamento (PROBIO/MMA – ano base 2002), das áreas degradadas no interior de Unidades de Conservação federais nos biomas Caatinga, Pantanal e Pampa, que apontou a existência de mais de 1,3 milhões de hectares a serem restaurados nestes 3 biomas, a grande maioria em Áreas de Proteção Ambiental (APA). A baixa precisão na classificação de imagens de satélite entre vegetações abertas e áreas desmatadas pode indicar que esta seja uma superestimativa, entretanto esse número provê uma dimensão da demanda de restauração dentro das UCs.

Para a seleção das UCs potenciais para restauração, os seguintes critérios foram observados: a) existência ou previsão de elaboração de Plano de Manejo que inclua ações de restauração; b) tamanho da área a ser restaurada; c) proximidade com remanescentes de vegetação nativa; d) existência de atores da cadeia da restauração (viveiros, coletores de sementes, empresas ou organizações implementadoras de projetos de restauração) na região; e) existência de conhecimento/pesquisa e de iniciativas de restauração em curso na região; e f) presença de espécies ameaçadas de extinção.

Baseado nos critérios elencados acima e nas manifestações de órgãos gestores sobre a demanda de restauração foi feito um levantamento preliminar de áreas a serem contempladas por este componente.

Para cada área a ser restaurada deverá ser elaborado um plano de restauração e desenvolvidos relatórios de implementação e monitoramento da restauração. Os planos de restauração deverão priorizar a utilização de técnicas de menor custo. Para que as áreas de restauração a serem instaladas pelo presente projeto sirvam de modelo, as técnicas a serem utilizadas devem otimizar a relação custo-benefício.

Sob a perspectiva da orientação de políticas públicas e do incentivo a ações de restauração da vegetação em larga escala serão desenvolvidos instrumentos orientadores da prática de restauração, a saber: a) árvores de decisão para planejamento e seleção do método de restauração mais adequado; b) protocolos de monitoramento da restauração contendo princípios, critérios e indicadores a serem utilizados como referência para o monitoramento dos projetos de restauração em cada um dos biomas-alvo e descrição de como estes aspectos serão verificados, mensurados e/ou avaliados ao longo da implementação dos planos; e c) mapas de áreas prioritárias para restauração na Caatinga, Pampa e Pantanal.

Para a entrega das árvores de decisão para planejamento da restauração e dos protocolos de monitoramento da restauração, serão contratados serviços de pessoa jurídica que contemplem a Caatinga, o Pampa e o Pantanal/Cerrado, dada a relevância ecológica deste bioma, onde situam-se as nascentes dos principais rios que correm para a Caatinga e Pantanal, para a manutenção dos serviços ecossistêmicos.

A elaboração de mapas de áreas prioritárias para a restauração deverá abranger uma série de atividades, dentre as quais: desenvolvimento de metodologia e ferramentas para a priorização espacial da restauração, desenvolvimento e compilação de dados de linha de base para priorização espacial (p. ex., mapas potenciais de mitigação climática, ganhos projetados de biodiversidade, custos de oportunidade da terra, potencial de regeneração natural, conectividade de fragmentos florestais, prioridades de abastecimento de água, potencial de intensificação e integração agrícola) e produção de banco de dados de priorização espacial usando modelagem espacial multicritérios e integrada.

a. Metas do componente 3:

- Elaboração de diretrizes bioma-específicas para planejamento e monitoramento da restauração (árvores de decisão e protocolos de monitoramento).
- Elaboração de mapas bioma-específicos de áreas prioritárias para recuperação da vegetação nativa.
- 5 mil hectares de áreas em processo de recuperação da vegetação nativa e adotando práticas de manejo sustentáveis.

b. Indicadores:

- Número de instrumentos orientadores desenvolvidos (árvores de decisão, protocolos de monitoramento e mapas de áreas prioritárias para a restauração).
- Número de planos de restauração desenvolvidos e em implementação.
- Área (em hectares) em processo de restauração de acordo com plano de restauração e manejada de forma sustentável.

4.4 Componente 4 – Avaliação dos riscos de extinção de espécies da flora e fauna.

O Componente 4 tem como objetivo melhorar o estado de conservação de espécies de fauna e flora ameaçadas de extinção. A partir da geração e refinamento do conhecimento da biologia das espécies, serão conduzidas avaliações do risco de extinção e propostas ações de proteção. Assim, serão fornecidos subsídios para orientar e implementar a estratégia de conservação do Projeto.

Este componente está alinhado com o Programa Nacional de Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção - Pró-Espécies, instituído pela Portaria MMA 43 de 2014, que estabelece os instrumentos para a promoção de uma estratégia nacional para a conservação das espécies da biodiversidade brasileira. Esta estratégia visa a contínua avaliação da situação das espécies brasileiras seguindo metodologia consagrada mundialmente e a elaboração e implementação de planos de ação para combater os fatores que põem em risco a integridade das espécies.

Um dos instrumentos do Programa Pró-espécies são os Planos de Ação Nacionais para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (PANs), que buscam identificar, a partir das ameaças que põe em risco as espécies, quais as ações *in situ* e *ex situ* são necessárias para conservação e recuperação de espécies ameaçadas.

Os PANs são elaborados de forma participativa com a representação de diferentes setores da sociedade direta ou indiretamente relacionados à conservação da biodiversidade, constituindo-se em um conjunto robusto de diretrizes para a conservação das espécies ameaçadas, visando contribuir de forma efetiva para a implementação de políticas públicas e para a geração de conhecimento na temática de conservação da biodiversidade.

Por meio do componente 4 serão apoiadas: (i) a elaboração de Planos de Ação Nacionais territoriais; (ii) a implementação de ações estratégicas dos PANs tanto já elaborados quanto dos novos planos territoriais; (iii) o monitoramento da implementação dos PANs; (iv) a avaliação e atualização do estado de conservação das espécies ameaçadas de extinção; (v) a consolidação do portal da biodiversidade; e (vi) avaliação da efetividade das áreas protegidas para conservação da fauna e flora ameaçadas.

O processo de elaboração de PANs é baseado no planejamento estratégico e envolve as seguintes etapas:

- 1) Organização e análise de informações disponíveis, inclusive as levantadas durante a fase de avaliação do risco de extinção das espécies, para identificação das ameaças e atores;
- 2) Definição de objetivos, metas, ações estratégicas, nível de prioridade destas ações e custos para promover uma mudança de categoria de risco de extinção das espécies, por meio de oficinas de planejamento participativas;
- 3) Validação e aprovação do plano, por meio de Portaria específica;
- 4) Instituição de Grupo de Assessoramento Técnico (GAT) para acompanhamento do plano; e
- 5) Publicação do Sumário Executivo e Livro.

Este componente promoverá também a avaliação do estado de conservação das espécies ameaçadas de extinção que é realizada a partir de critérios e categorias estabelecidos pela UICN e subsidia a elaboração das listas nacionais oficiais das espécies ameaçadas de extinção.

As avaliações de risco de extinção para espécies da flora serão conduzidas pelo Instituto de Pesquisas Jardim Botânico por meio de um sistema de informação desenvolvido pelo CNCFlora/JBRJ, que permite uma avaliação de risco integrando uma ampla rede de especialistas, o armazenamento e organização dos dados e a validação de cada informação utilizada.

O processo de avaliação da fauna será realizado por pesquisadores sob a coordenação do ICMBio e segue as seguintes etapas: (a) atualização das informações existentes sobre as espécies, utilizando o resultado das ações promovidas pelos PANs; (b) atualização dos mapas de distribuição geográfica das espécies; (c) consulta a especialistas; (d) atualização das fichas das espécies por meio do sistema espécies (em desenvolvimento); (e) realização de oficinas de trabalhos para a categorização do risco de extinção das espécies; (f) realização de oficinas de validação para categorização do risco; e (g) publicação dos resultados.

Dessa forma, este componente permitirá a ampliação da avaliação para outras espécies e promoverá a reavaliação do estado de conservação de algumas espécies já avaliadas, identificando alterações nas categorias ou nas tendências populacionais, permitindo assim a aferição dos resultados do Projeto.

c. Metas do componente 4:

- Realizar avaliação da efetividade de UCs para a conservação de espécies
- Avaliar o risco de extinção e ameaças para 2 mil espécies
- Elaborar e implementar Planos de Ação Nacionais em 11 territórios selecionados

d. Indicadores do componente 4:

- Número de territórios com PANs elaborados.
- Número de territórios com ações de implementação de PANs financiadas.
- Número de espécies com o risco de extinção foi avaliado

4.5 Componente 5 – Integração e relação com comunidades locais.

A fim de maximizar o impacto dos recursos investidos nos três biomas alvo deste projeto e promover o sucesso de longo prazo, este Componente tem o objetivo de promover a integração de ações do Projeto com outras iniciativas, além de implementar ações de conscientização pública a fim de promover o engajamento de parceiros e comunidades locais nas atividades de conservação financiadas pelo Projeto.

Apesar do processo de criação de UCs prever consultas à sociedade, esse componente tem particular relevância para as atividades de criação, porque historicamente a criação de UCs pode ser desencadeadora de conflitos entre as partes interessadas pelo uso da terra. Adicionalmente, esse componente é estratégico na promoção do engajamento de atores locais na gestão de UCs, na recuperação de vegetação nativa e na conservação de espécies ameaçadas, uma vez que todos esses são melhor sucedidos com a participação e envolvimento das comunidades.

Este componente irá apoiar: (i) a realização de seminários para integração institucional e colaboração entre partes envolvidas; (ii) divulgação de diretrizes e realização de oficinas para construção participativa com as comunidades envolvidas; (iii) produção e disseminação de material informativo para promover a conscientização pública e engajamento das comunidades locais; (iv) implementação de mecanismos participativos; e v) divulgação e capacitação das comunidades para uso do Sistema de Queixas, Controle e Responsabilidade.

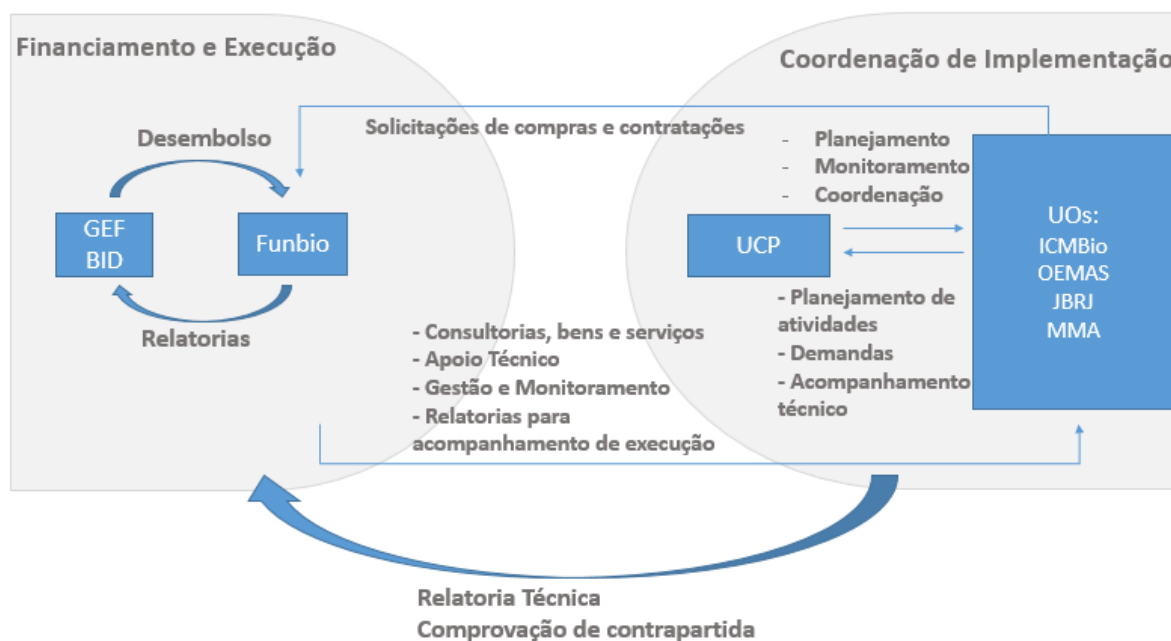
a. **Metas do componente 5:**

- Estratégia de comunicação para engajamento de comunidades locais elaborada e implementada.

b. **Indicadores do componente 5:**

- Número de oficinas realizadas para capacitação de beneficiários e parceiros-chave
- Número de treinamento de oportunidades baseadas em biodiversidade e serviços ecossistêmicos incluindo mulheres
- Uma estratégia de comunicação elaborada.

FIGURA 2. REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO



5 GERENCIAMENTO DO PROJETO

O gerenciamento tem como objetivo possibilitar os instrumentos e procedimentos necessários para o planejamento e a execução das ações do Projeto, com base nos objetivos e metas estabelecidos, e permitindo a tomada de decisões.

Para o gerenciamento do Projeto são destacadas quatro etapas básicas que formam o grande ciclo de gestão: (a) planejamento, (b) execução, (c) monitoramento e (d) avaliação. Considerando ciclos anuais, cada etapa deste ciclo alimenta a próxima num processo contínuo e tem impactos na gestão do projeto.

FIGURA 3. CICLO DE GERENCIAMENTO DO PROJETO



Os componentes do GEF Terrestre serão gerenciados pelo FUNBIO, que aplicará os procedimentos e regras estabelecidos nos capítulos e seções correspondentes neste MOP.

O planejamento e gestão da execução do GEF Terrestre estão descritos a seguir.

5.1 Planejamento do Projeto

5.1.1 Plano Operacional

O planejamento do Projeto será realizado pelas Unidades Operativas (UOs) em Oficinas de Planejamento bianuais com todas as entidades partícipes, onde serão definidas as atividades e contratações/aquisições necessárias para o atingimento das metas e dos objetivos do Projeto, elencados na Matriz de Resultados (item 7.3). O Plano Operacional (PO) consiste neste detalhamento das ações em atividades e insumos e será revisado ou ajustado e validado no ano seguinte.

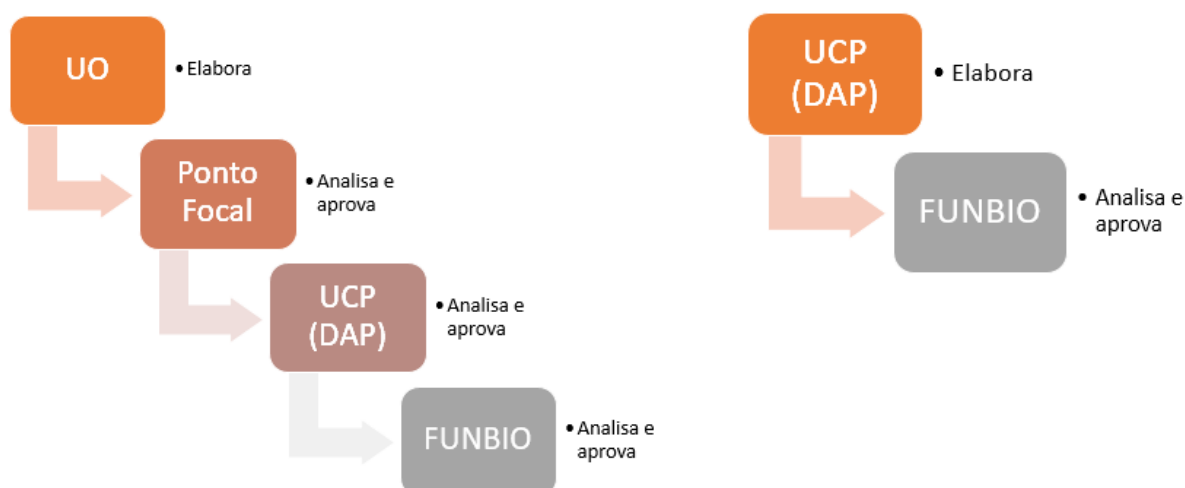
Os PO serão organizados por componentes, produtos e atividades do Projeto, sendo subdivididos entre as diferentes UOs responsáveis. Os POs serão coordenados e supervisionados pelos pontos focais de cada entidade partícipe e UCP.

O primeiro PO abrange o período de dezoito meses, contado a partir do atendimento das condições de efetividade do Projeto. A partir do segundo ano, serão apresentados POs bianuais referentes a cada ano-calendário (1º de janeiro a 31 de dezembro) sendo realizadas revisões anuais destes POs. Os POs deverão ser elaborados até o dia 30 de novembro do ano anterior à sua vigência.

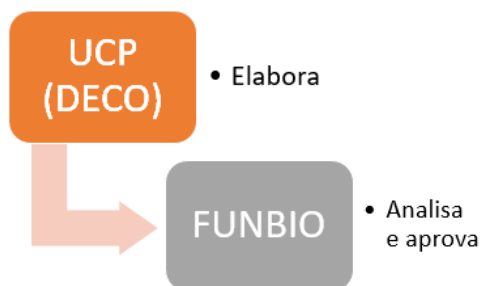
Antes do início do período de referência da execução do PO, todo o planejamento deverá estar inserido no Cérebro pelas UOs responsáveis e devidamente aprovado, seguindo os fluxos a seguir:

FIGURA 4. FLUXO DE APROVAÇÃO - PLANEJAMENTO DE INSUMOS (PO), POR COMPONENTES

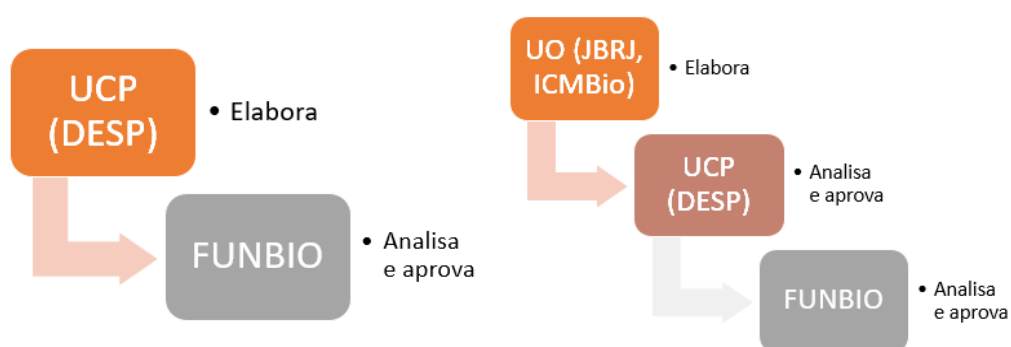
Componentes 1 e 2



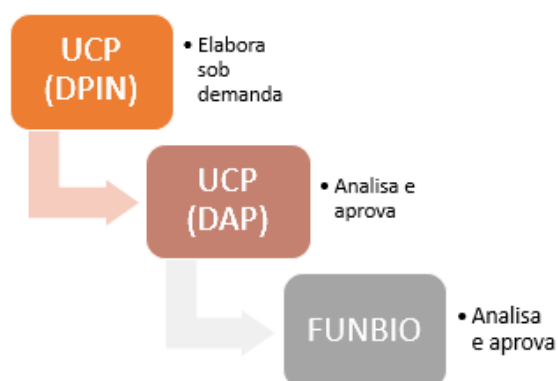
Componente 3



Componente 4



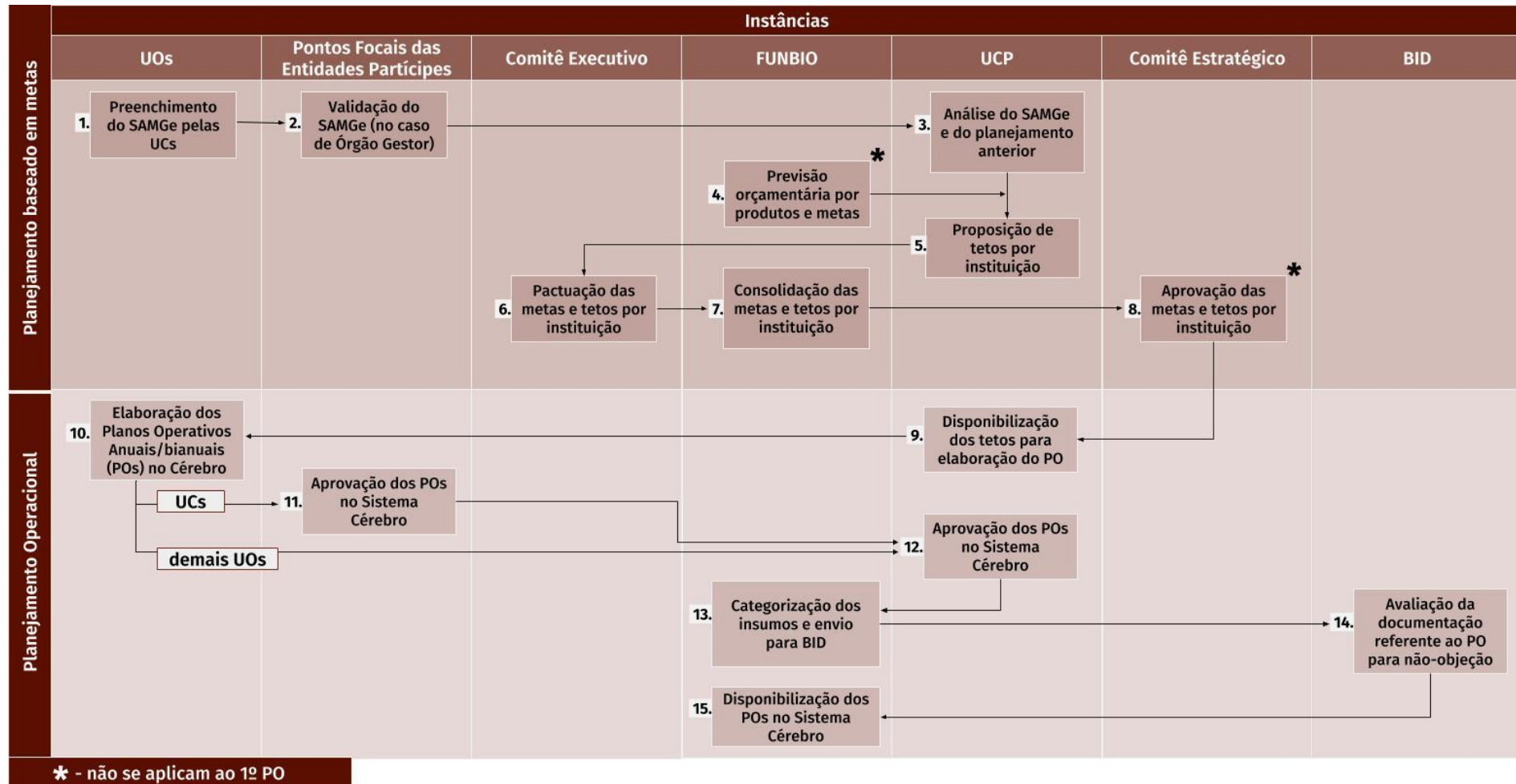
Componente 5



Para a definição das ações de fortalecimento das UCs selecionadas para o subcomponente 2.1 o planejamento será orientado pelo diagnóstico da gestão da UC. Desta forma, a elaboração do PO será precedida pelo preenchimento ou atualização anual da planilha do Sistema de Monitoramento e Avaliação da Gestão (SAMGe), a qual deve ser acessado por meio do sítio: <http://www.icmbio.gov.br/portal/sistemas1?id=7173>. A correlação entre as ações de manejo do SAMGe e os produtos do projeto está descrita no Anexo 11.

O planejamento do componente 2, está descrito no fluxograma a seguir:

FIGURA 5. FLUXOGRAMA PARA PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES NO COMPONENTE 2



5.1.2 Plano de Aquisições (PA)

O Plano de Aquisições (PA) é o instrumento de planejamento anual que tem por finalidade tornar público o detalhamento de todas as aquisições e contratações que serão efetuadas em determinado período de execução do GEF Terrestre.

O PA é preparado pelo FUNBIO, utilizando o sistema Cérebro, a partir dos POs, e submetido à não objeção do BID.

Antes de efetuar qualquer convite para uma aquisição, o FUNBIO deverá contar com o PA proposto para o período, deverá incluir: o número de referência sequencial, a categoria (consultorias, bens, serviços, obras etc), a descrição do insumo, o custo estimado, a indicação do método de seleção/aquisição aplicável, prazos, revisão prévia ou posterior.

O PA deve ser apresentado ao BID para não objeção e atualizado anualmente. Também deverá ser atualizado se forem verificadas modificações importantes no Projeto que se reflitam nesse instrumento de planejamento e reapresentado para não objeção ao BID. Não poderão ser realizados processos de seleção de aquisições e contratações que não estejam aprovados no PA.

5.1.3 Plano de Execução Plurianual (PEP)

Instrumento de planejamento e controle para execução do Projeto, o Plano de Execução Plurianual (PEP) prevê todas as ações que serão executadas durante o período de 5 anos de execução do Projeto.

Além das atividades necessárias para o alcance das metas do Projeto, esse plano prevê ainda as ações de auditoria, avaliações, coordenação e administração.

O PEP e os POs serão enviados pelo FUNBIO ao BID apenas para conhecimento, até o nível de produto com a estimativa de gastos anual. Apenas o PA será enviado para Não Objeção do BID e estará definido a nível de insumos (itens a serem contratados ou adquiridos).

5.1.4 Despesas elegíveis

Para o planejamento e execução do Projeto, as seguintes categorias de gasto elencadas abaixo são elegíveis:

- a) Diárias: para pagamento de alimentação, hospedagem e deslocamento em período de viagem relativa ao Projeto;
- b) Ajuda deslocamento: para pagamento de deslocamento até o aeroporto ou deslocamentos terrestres;
- c) Passagens aéreas nacionais;
- d) Obras: construções e reformas;
- e) Bens: mobiliário, maquinário, veículos, embarcações e equipamentos;
- f) Serviços de terceiros: consultorias e serviços em geral, pessoa física e pessoa jurídica;
- g) Alimentação, refeição e combustível: através de cartões específicos;
- h) Bolsas de pesquisa;
- i) Gastos recorrentes: Compras e contratações locais;
- j) Desembolsos para terceiros através de chamada de projetos.

Não serão elegíveis pelo Projeto as seguintes despesas:

- a) Contratação de assessor técnico ou de apoio técnico administrativo de forma contínua, sem estar atrelado à entrega de produtos específicos;
- b) Aquisição de terras e bens imóveis;
- c) Pagamento de dívidas;
- d) Pagamento de taxas cartoriais/emissão de título de posse;
- e) Agrotóxicos;

- f) Armas de fogo;
- g) Impostos, taxas ou qualquer outro tributo que não seja inerente e/ou parte integrante do custeio ou de investimentos realizados pelo projeto;
- h) Atividades que promovam interesses partidários, eleitoreiros ou religiosos;
- i) Despesas não relacionadas aos objetivos do Projeto;
- j) Passagens internacionais.

5.2 Execução do Projeto

5.2.1 Sistema Cérebro 2.0

O sistema Cérebro 2.0 é um Sistema online de gestão de projetos desenvolvido pelo FUNBIO para facilitar a execução dos mesmos, sendo uma interface entre todos os parceiros envolvidos. O sistema conta com controle de permissões e níveis de acesso, controles orçamentários, fluxos de aprovação (controles), prestação de contas e relatoria gerencial.

No âmbito do Projeto GEF Terrestre, o Cérebro congrega o planejamento de insumos (orçamento detalhado) dos POs e é utilizado para solicitar e acompanhar as demandas feitas ao FUNBIO. Além disso, através da execução do que foi planejado nos POs, é possível acompanhar a execução financeira do Projeto, que é realizada de forma integrada entre o Sistema Cérebro e o Sistema RM, ambos utilizados pelo FUNBIO.

5.2.2 Execução

A partir do momento em que os POs estiverem inseridos no Sistema Cérebro e vigente, se inicia o período de execução, que é realizada exclusivamente por este Sistema. As solicitações dos insumos criados, podem ser:

- i. Diárias;
- ii. Passagens Aéreas;
- iii. Ajuda Deslocamento;
- iv. Serviço Pessoa Física;
- v. Serviço Pessoa Jurídica;
- vi. Obras/Reformas;
- vii. Consultoria Pessoa Física;
- viii. Consultoria Pessoa Jurídica;
- ix. Bens;
- x. Compras locais – custos recorrentes;
- xi. Contratações locais – pequenas contratações pessoa jurídica;
- xii. Autônomo – pequenas contratações pessoa física;
- xiii. Cartões: combustível, refeição e alimentação;
- xiv. Chamada de Projetos/desembolso;

As solicitações devem seguir algumas orientações, descritas no Manual do Dia a dia do Projeto, Anexo 3 deste Manual. Estas somente poderão ser realizadas pelas UOs cadastradas pelo FUNBIO e que possuem senhas de acesso ao sistema Cérebro.

Vale ressaltar que o Manual do dia a dia do Projeto contém as orientações operacionais para execução. Sendo assim, este Manual poderá ser atualizado sempre que necessário, sem a necessidade de aprovação por parte do Comitê Estratégico e do BID, desde que continue seguindo as diretrizes gerais do MOP.

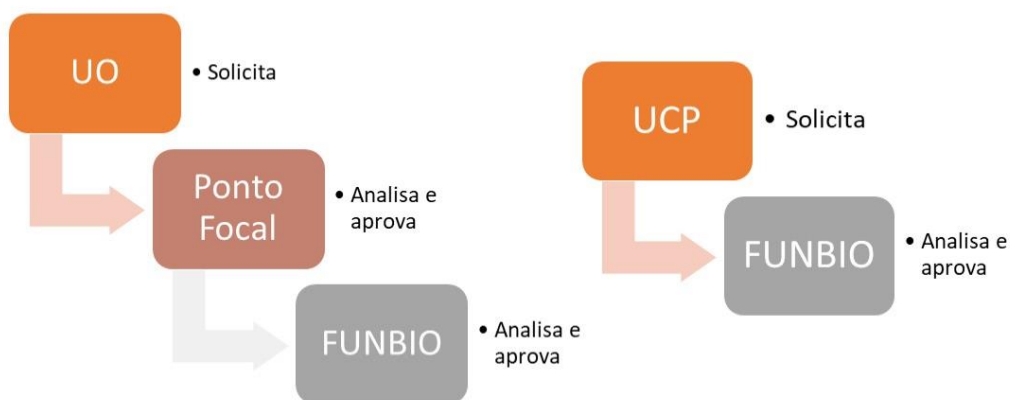
Os insumos solicitados deverão passar por um fluxo de aprovação dentro do sistema Cérebro, de forma que cada pedido seja analisado, ajustado e autorizado conforme descrito a seguir. O sistema disponibiliza a interação dos usuários/solicitantes do sistema, no campo “justificativa” do Histórico de fluxo de aprovação.

Após aprovadas no Sistema, as solicitações, identificadas por protocolos, seguem o fluxo em direção à Unidade de Compras do FUNBIO.

5.2.3 Fluxos de aprovação

FIGURA 6. FLUXO DE APROVAÇÃO DE SOLICITAÇÕES - EXECUÇÃO, POR COMPONENTES

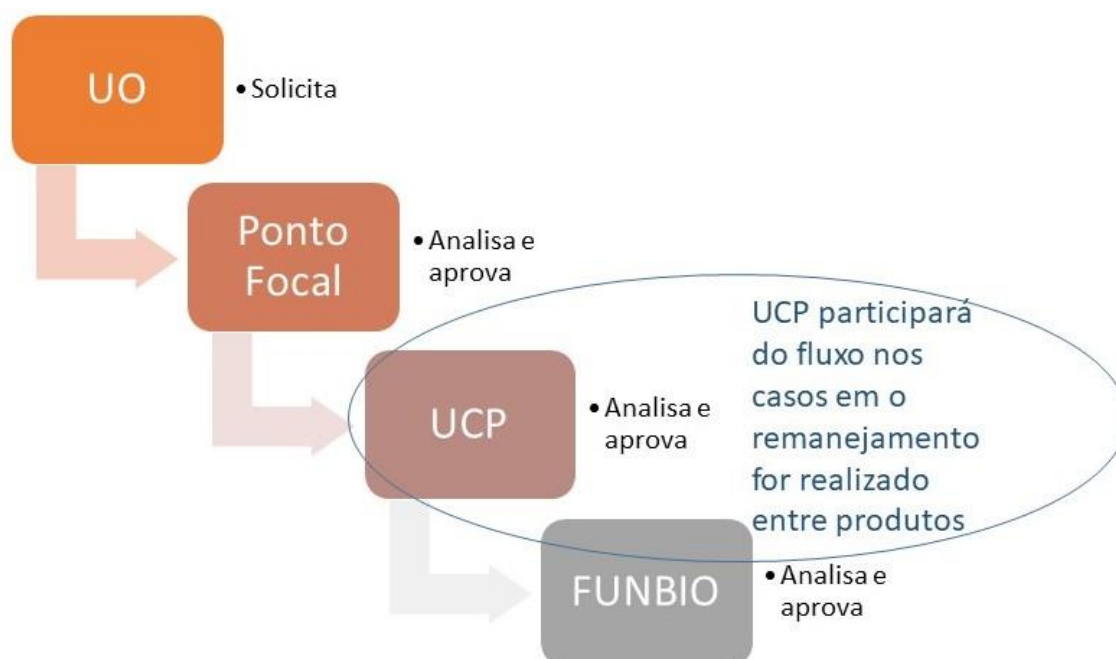
Componentes 1 e 2



Componentes 3, 4 e 5



FIGURA 7. FLUXO DE APROVAÇÕES DE REMANEJAMENTOS.



Remanejamentos entre insumos dentro um mesmo produto poderão ser realizados desde que não superem 15 % do valor inicialmente previsto

Remanejamentos entre produtos poderão ser solicitados apenas nos momentos de planejamento de insumos, mediante aprovação do Ponto Focal e UCP.

Remanejamentos entre Componentes não são permitidos.

Em casos em que o teto aprovado para a UO seja ultrapassado durante a execução, devido à valores contratados superiores aos valores planejados, o procedimento adotado será o seguinte:

- Caso o valor ultrapasse até 15% do valor planejado aprovado pelo Comitê Estratégico: o processo de contratação/aquisição seguirá sem necessidade de aprovação;
- Caso o valor ultrapasse acima de 15% do valor planejado aprovado pelo Comitê Estratégico: FUNBIO solicitará aprovação da UCP antes de seguir com o processo de contratação/aquisição. Em ambos os casos, o Comitê Estratégico será comunicado no próximo ciclo de planejamento de insumos.

6 PROCEDIMENTOS DE AQUISIÇÕES

A aquisição de bens, contratações de serviços, consultorias e obras seguirão as disposições estabelecidas no documento Procedimento Operacional de Compras e Contratações do FUNBIO, no Anexo 5.

Adicionalmente, serão seguidas as disposições sobre elegibilidade e, quando cabível, as orientações que constam na *Política do Banco (GN-2349-9 e GN-2350-9) –Práticas Proibidas* do BID, Anexo 6.

Todas as aquisições e contratações a serem realizadas deverão estar previstas no Plano de Aquisições aprovado pelo BID, como mencionado no item 5.1.2. Antes de efetuar qualquer convite que não conste

no Plano de Aquisições para um processo seletivo, o FUNBIO deverá revisar o Plano de Aquisições para aprovação do BID.

7 Monitoramento e Avaliação (M&A)

7.1. Aspectos gerais

O monitoramento de um projeto consiste em um processo de análise e reflexão, ao longo de sua execução, com objetivo de acompanhar avanços, realizar ajustes e possibilitar a comunicação interna e externa sobre seu andamento.

A avaliação tem como foco principal o julgamento do projeto, de forma objetiva e sistemática, a partir de critérios reconhecidos e previamente acordados, com viés de aperfeiçoamento, aprendizado e tomada de decisão.

Monitoramento e Avaliação (M&A) do projeto se constitui um fundamental instrumento de gestão, que possibilita o cumprimento dos objetivos propostos. O Plano de Monitoramento e Avaliação, Anexo 4 deste Manual, descreve esta estratégia em maiores detalhes.

7.2. Relatórios

No âmbito de M&A do Projeto, os seguintes relatórios serão utilizados como instrumento de acompanhamento e avaliação:

- a. Relatório Semestral de Progresso: objetiva acompanhar a execução do Projeto. O FUNBIO consolidará, com base nas informações dos parceiros, todos os semestres um Relatório para envio ao BID, após aprovação pelo MMA. Os Relatórios Semestrais trarão o acompanhamento do cumprimento dos indicadores definidos na Matriz de Resultados, agrupados pelos respectivos componentes e produtos. Neste Relatório deverá constar o resumo das atividades ocorridas no período e o acompanhamento analítico dos indicadores. O escopo provê a pauta para se pactuarem eventuais correções de rumo de forma ágil e devidamente embasada. As informações contidas nesse Relatório serão utilizadas pelo BID para coordenar Missões de Acompanhamento com o objetivo de discutir os diferentes aspectos que afetam ou podem afetar a execução programada do GEF Terrestre.

Conforme informado pelo BID, no relatório devem constar especificamente as seguintes informações: Status de Implementação do Projeto contendo um resumo das ações em execução e implementadas, bem como informação qualitativa da execução. Informação sobre o avanço dos produtos - informação qualitativa do avanço dos produtos; e registro de lições aprendidas.

- b. Declaração de contrapartida: Os parceiros do Projeto declararão suas contrapartidas anualmente por meio de ofícios ou cartas.
- c. Tracking Tools: São ferramentas de avaliação e monitoramento, em formato Excel, utilizada em todos os projetos financiados pelo GEF para monitoramento em nível global dos impactos e resultados alcançados. O preenchimento de cada uma das tracking tools deverá ocorrer na preparação do Projeto, na avaliação de meio termo e no final do Projeto e as planilhas estão disponíveis no endereço eletrônico https://www.thegef.org/documents/tracking_tools.

O Projeto GEF-Terrestre está vinculado às áreas focais de biodiversidade, mudanças climáticas e manejo florestal sustentável. Desta forma, para este Projeto devem ser preenchidas três diferentes Tracking Tools

- d. Avaliação Intermediária e Avaliação Final do GEF Terrestre (longo-prazo): se operacionalizam por meio de avaliações independentes, a fim de evitar o conflito de interesses e garantir a imparcialidade das informações geradas, cujos escopos serão delineados no momento da elaboração dos termos de referência. O objetivo das

avaliações é a mensuração dos principais impactos gerados pelo Projeto e avaliação do atingimento dos macro-objetivos projetados. Para tanto, deve-se contratar avaliações que formem juízo sobre a obtenção de resultados almejados, permitindo a verificação e análise da pertinência ou relevância da intervenção, a eficiência (econômica e financeira), os impactos gerados e a sustentabilidade das ações. Enquanto a Avaliação Intermediária (de meio termo) é importante instrumento de melhoramento para o Projeto; a Avaliação Final é instrumento de melhoramento para intervenções similares. Como se prezam a avaliar os resultados gerados, recorre-se à métodos quantitativos e qualitativos que abordam os desenhos e os métodos utilizados, questionários, entrevistas, observações e outros.

d.1. Relatório de Avaliação Intermediária – a avaliação deverá ser realizada 30 meses após a data do primeiro desembolso ou quando houver sido comprometido 50% (cinquenta por cento) dos recursos da Contribuição, o que ocorrer primeiro. O objetivo primordial é o de revisar o progresso e o desempenho da execução do Projeto em termos de realização de suas atividades, traçando recomendações e apontando riscos e entraves ao sucesso de uma implantação. A avaliação deverá, quando pertinente, sugerir correções de rumo e/ou ajustes nas estratégias de execução.

d.2. Relatório de Avaliação Final - nova avaliação independente ocorrerá ao final do GEF Terrestre, novamente por meio de consultoria especializada. Objetiva-se levantar o cumprimento das ações previstas, mensurar o grau de realização dos resultados obtidos e identificar os impactos gerados, tecendo conclusões sobre a sustentabilidade das ações. A avaliação também levantará e sistematizará as lições aprendidas. A Avaliação Final abordará especificamente a geração de resultados previstos pelo Projeto, tais como a promoção de programas sustentáveis nas áreas desejáveis. Como discorrido anteriormente, esta avaliação se faz possível de forma ex-post. O Relatório de Avaliação Final será submetido ao BID em um prazo de 180 dias após o atingimento de 90% de desembolso dos recursos do financiamento ou da transcorrência do prazo de cinco anos.

Abaixo um resumo dos relatórios com os respectivos responsáveis, periodicidade de elaboração e prazo para entrega:

Relatórios	Responsável	Periodicidade	Prazo consolidação UO/PF - envio ao FUNBIO	Prazo para entrega do FUNBIO ao BID
Relatório de Progresso	UOs, PFs, UCP, FUNBIO - FUNBIO consolida	semestral	30/07 e 30/01 - relativo aos semestre jan a jun e jul a dez respectivamente, ao longo de todo o período de execução do Projeto	30/08 e 02/03 - relativo aos semestre jan a jun e jul a dez respectivamente, ao longo de todo o período de execução do Projeto *
Declaração de contrapartida	UOs, PFs, UCP - FUNBIO consolida	anual	30/01- relativo ao período anterior de jan a dez, ao longo de todo o período de execução do Projeto	02/03- relativo ao período anterior de jan a dez, ao longo de todo o período de execução do Projeto *
Tracking Tools	PF centralizam e FUNBIO	meio termo e ao final do Projeto	30/12/2020 e 30/04/2023	30/05/2023

Relatórios	Responsável	Periodicidade	Prazo consolidação UO/PF - envio ao FUNBIO	Prazo para entrega do FUNBIO ao BID
	consolida e envia ao BID			
Relatório de Meio Termo	Consultor externo - FUNBIO contrata e supervisiona	meio termo do Projeto	-	30/01/2021
Relatório de Avaliação final	Consultor externo - FUNBIO contrata e supervisiona	final do Projeto	-	22/05/2023

* Os últimos relatórios do Projeto, reportando o progresso, contrapartida, tracking tools e a avaliação final serão entregues em conjunto com o prazo máximo de 22/05/2023.

7.3. Matriz de Resultados e indicadores

A Matriz de Resultados (MR) é utilizada para desenhar um projeto, facilitando o seu planejamento, execução e avaliação de resultados. Compreende a identificação dos elementos estratégicos (componentes e produtos) suas relações causais, os indicadores para medir tais elementos e os pressupostos ou riscos que podem influir no êxito ou fracasso do projeto. Essa Matriz enuncia o objetivo geral do GEF Terrestre, a lógica de intervenção e os indicadores de produto e resultado, com metas a alcançar por ano (intermediárias) e ao final, de acordo com o cronograma estimado de avanço da execução do Projeto.

Associado a cada produto há uma previsão do recurso a ser destinado para o alcance da meta proposta, conforme apresentado na tabela do Anexo 1 desde Manual.

8 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO GEF TERRESTRE

Finalizadas as negociações para o financiamento do GEF Terrestre, cumpridas as Condições Prévias ao Primeiro Desembolso, o FUNBIO solicitará o envio da 1ª parcela do Financiamento junto ao BID para constituição dos recursos antecipados.

Um adiantamento de recursos é mantido em conta especial junto a Agência do Banco do Brasil. O mecanismo de Adiantamento se destina a proporcionar liquidez que permita à entidade executora do GEF Terrestre pagar pontualmente os gastos imputáveis ao Projeto.

A débito do financiamento e uma vez cumpridos os requisitos previstos no acordo legal do GEF Terrestre o BID poderá adiantar recursos financeiros, com base nas necessidades reais de liquidez do projeto, para um prazo predeterminado e acordado com o Executor, necessidades essas que deverão estar respaldadas por um Plano Financeiro. O executor deverá prestar contas pelo menos 80% do saldo total acumulado pendente de justificativa. Somente após essa prestação de contas ter sido aprovada pelo Banco é que poderá ser requerido um novo adiantamento, mediante apresentação de novo Plano Financeiro para o período proposto.

Os rendimentos advindos de aplicações financeiras (poupança ou fundos de investimento), efetuada com recursos do Adiantamento de Recursos serão obrigatoriamente aplicados pelo Executor em ações do Projeto, como aporte suplementar de contrapartida local. Não poderão ser computadas como contrapartida devida, conforme Instrução Normativa nº1 de 15/01/1997 do Tesouro Nacional.

A administração orçamentária e financeira do Projeto será exercida pelo FUNBIO, que manterá sob o seu controle todos os registros pertinentes aos procedimentos da tramitação dos recursos, tanto no que diz respeito aos fundos externos, quanto à contrapartida local que será informada pela UCP.

O Banco reconhecerá gastos elegíveis de até 2% do total do projeto a débito do Financiamento/Doação que tenham sido efetuados entre 12 de setembro de 2016 e 12 de março de 2018, mas posteriores a data de aprovação do Documento do GEF Terrestre. Os gastos deverão ter sido realizados em conformidade com as Políticas de contratação e aquisição do Banco ou procedimento substancialmente análogo a elas, compensação ambiental, programas ou outras ações institucionais, devendo ser observada a matriz de resultados que inclui produtos a serem executados com recursos das entidades partícipes ou parceiras.

O Órgão Executor usará os seus sistemas gerenciais existentes, especialmente o Sistema Cérebro 2.0, para planejamento, aquisições, administração financeira, preparação de relatórios e monitoramento integrados, garantindo a compatibilidade com as normas, procedimentos e sistemas de controle do Banco.

Os orçamentos anuais devem incorporar as rubricas correspondentes aos valores comprometidos referentes a cada ação do Projeto, componente e atividade discriminando os aportes por fontes de financiamento.

Os desembolsos e antecipações de recursos para a implantação do GEF Terrestre são realizados através de solicitações do FUNBIO, em consonância com os procedimentos requeridos pelas normas do BID, dos recursos financeiros do GEF Terrestre.

O planejamento de financiamento do Projeto prevê que os recursos da contrapartida local provêm do MMA e instituições que formalmente aderirem ao Projeto que estarão oportunamente assegurados. Essa informação deverá ser encaminhada ao FUNBIO com periodicidade anual de acordo com o Componente.

A conta corrente de movimentação dos recursos do Projeto será operacionalizada, exclusivamente, no Banco do Brasil S.A (BB). O FUNBIO abrirá uma conta específica para os recursos do BID. Eventuais rendimentos de aplicações financeiras desses recursos deverão ser, obrigatoriamente, aplicados no Projeto, como aporte suplementar da contrapartida local.

Os desembolsos para o Projeto ocorrerão durante o período de sua implantação que será de 60 meses. Os desembolsos do BID são autorizados de acordo com cronograma estabelecido, desde que cumpridas às normas contidas neste Manual Operacional e em seus Anexos e apêndices.

Uma vez que o GEF Terrestre se qualifique a receber desembolsos, o FUNBIO pode solicitar desembolsos ao BID a título de Adiantamento de Recursos, com fins de pagar pontualmente gastos elegíveis imputáveis ao Projeto para um prazo previamente acordado entre o Executor Financeiro e BID, apresentando ao Banco o formulário vigente de pedido de desembolso e o Plano Financeiro que detalhe a necessidade de liquidez do projeto para o período proposto.

Somente após a apresentação da devida prestação de contas dos recursos antecipados é que se poderá requerer novo Adiantamento, observados os procedimentos adequados para tal. Para tanto, utilizam-se os formulários vigentes do BID, junto com a documentação de suporte dos gastos efetuados.

A prestação de contas dos adiantamentos recebidos será feita com a periodicidade até 6 (seis) meses após a última prestação de contas ou sempre que o Projeto tiver gasto até 80% de seu montante.

8.1 Controle Interno e Externo da Execução do GEF Terrestre

8.1.1 Registros, Inspeções e Relatórios.

No que se refere ao controle interno e registro, fica estabelecido que:

- a. O FUNBIO deverá manter um sistema adequado de controles internos contábeis, administrativos e financeiros;

- b. O sistema contábil deverá estar organizado de modo a prover a documentação necessária para verificar as transações e a facilitar a oportuna preparação das demonstrações financeiras e dos relatórios que deverão contemplar a verificação, em tempo real, da execução financeira (Ex: Contratado/Pago (por componente/Subcomponente))
- c. O sistema deverá disponibilizar formas de pesquisa para localização de demandas tanto pelo número de protocolo, como por CPF e CNPJ de favorecidos, de modo a fornecer resultados contemplando o histórico das solicitações vinculadas ao item pesquisado
- d. Os registros do GEF Terrestre deverão ser mantidos por um período mínimo de 5 (cinco) anos contados a partir da data do último desembolso do empréstimo, de modo a:
 - i. Permitir a identificação das quantias recebidas das diferentes fontes; consignar, em conformidade com o registro de contas do GEF Terrestre;
 - ii. Conter os pormenores necessários para a identificação dos bens adquiridos e dos serviços contratados, bem como a utilização dos referidos bens e serviços;
 - iii. Incluir nos referidos documentos a documentação relacionada ao processo de processo seletivo e execução dos contratos financiados pelo GEF Terrestre, o que compreende, mas não se limita a avisos de processo seletivo, pacotes de ofertas, resumos, avaliações de ofertas, contratos, correspondência, produtos e minutas de trabalho e faturas, inclusive documentos relacionados ao pagamento de comissões e pagamentos a representantes, consultores e empreiteiros; e
 - iv. Demonstrar o custo dos investimentos em cada categoria e o progresso das aquisições.

8.1.2 Prestação de Contas e Relatório Financeiro Não Auditável

A Prestação de Contas ou Justificativa de Gastos se dará da seguinte forma:

- i. O FUNBIO encaminhará ao BID o formulário de Justificativa de Gastos, acompanhado do relatório composto da movimentação financeira do projeto, contendo todos os gastos realizados no período discriminado por despesa e demonstrativo dos gastos realizados por Componente;
- ii. O BID avaliará a documentação recebida, dando a elegibilidade de cada gasto ou recomendando alguma ação caso algum gasto não esteja compatível com os objetivos do projeto;
- iii. Uma vez aprovadas e mediante apresentação de Plano Financeiro que detalhe a necessidade de liquidez do projeto para o período máximo de 6 (seis) meses, o Executor Financeiro estará habilitado a requerer um novo Adiantamento de Recursos ao BID, a débito do GEF Terrestre.

O Relatório Financeiro Não Auditável é apresentado ao BID em até 60 dias após o encerramento de cada trimestre, composto pela demonstração financeira do projeto, contendo os valores disponíveis em conta corrente e aplicação financeira, bem como os valores prestado contas e pendentes de justificativa em dólares.

O Quadro de Custos informado no Convênio e neste manual será utilizado como padrão para os seguintes relatórios: Estado de Execução do Projeto, Plano Financeiro – Adiantamento de Recursos (por contrato), Demonstrativo de Gastos e Pagamentos, Demonstrações Financeiras do Relatório de Auditoria e LMS.

8.1.3 Auditoria Externa Independente

O Projeto será anualmente auditado por instituição externa independente a ser contratada pelo FUNBIO de acordo com as regras estabelecidas pelo BID e apresentadas ao Banco dentro dos cento e oitenta (180) dias seguintes ao encerramento do exercício financeiro do Projeto. A última dessas demonstrações financeiras auditadas deverá ser apresentada ao Banco dentro dos cento e oitenta (180) dias seguintes ao vencimento do Prazo Original de Desembolsos ou suas extensões.

Toda a documentação relativa à execução do projeto, deverá ser mantida sob guarda do FUNBIO que deverá manter as informações, identificando as despesas dos gastos por níveis do Plano Operacional e das Declarações de Gastos em um período de 5 anos após o encerramento do projeto.

9. GESTÃO DE RISCOS DO GEF TERRESTRE

Informações a respeito da gestão de riscos estão detalhadas no Apêndice V

Uma vez identificados os principais pressupostos do planejamento das atividades do GEF Terrestre, a estes foram associados riscos de estarem superavaliados, de poderem sofrer alterações, ou mesmo de que não se concretizarem. Os riscos são avaliados como tendo níveis alto, médio ou baixo, com base na probabilidade que têm de ocorrer e dificuldade de ser superado. Por fim, delineou-se a estratégia de ação para gerir os riscos e mitigá-los.

A agência executora do GEF Terrestre, responsável pelo Relatório Semestral, atualizará a matriz de risco de forma a acompanhar o andamento das atividades do Projeto, de seus pressupostos-chave e eventuais alterações. Como instrumento de gestão, a atualização e o acompanhamento da matriz permitirá aplicar e/ou adequar as principais medidas concebidas para administrar os riscos identificados.

10. LOGOMARCA E COMUNICAÇÃO DE APOIO A PROJETOS E AÇÕES FINANCIADAS

Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do Projeto e da divulgação de qualquer resultado ou produto relacionado ao presente instrumento deverá sempre constar a logomarca do Projeto, bem como a barra de parceiros, respeitando-se a suspensão da publicidade de órgãos e entidades públicas durante período eleitoral.

A fim de reconhecer o GEF como a fonte de financiamento do Projeto, assim como para dar cumprimento à Política de Comunicação e Visibilidade do GEF, o FUNBIO a: (i) incluirá o logotipo do GEF em todos os documentos e publicações relacionados com o Projeto, assim como nos veículos e equipamentos financiados com recursos da Contribuição; e (ii) mencionará o GEF como a fonte de financiamento em qualquer evento, reunião, coletiva de imprensa, comunicado de imprensa ou página web em que se faça referência ao Projeto.

11. SALVAGUARDAS SOCIAIS E AMBIENTAIS

Observando as políticas operacionais do BID, foi realizada uma Avaliação Ambiental e Social (AAS) dos impactos do Projeto GEF-Terrestre e elaborado Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS), ambos incluídos no Anexo 8 deste MOP. Na AAS são apresentados os principais impactos positivos ou negativos que as ações do projeto podem gerar. Para cada impacto negativo identificado, delineiam-se medidas para prevenir e/ou mitigar seus efeitos e o Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) apresenta princípios, diretrizes e procedimentos para identificação, prevenção, mitigação e compensação de quaisquer impactos negativos gerados pela execução do Projeto, em especial sobre o patrimônio cultural, povos indígenas e deslocamento econômico de comunidades vulneráveis.

De acordo com a avaliação do BID, o Projeto foi classificado como uma operação da categoria B. Nessa categoria, enquadram-se os projetos com o potencial de causar impactos ambientais adversos, porém

localizados e, em sua maioria, reversíveis e passíveis de mitigação pela adoção de medidas já existentes ou que podem ser definidas com facilidade. Cabe destacar que as ações do projeto não implicarão em reassentamento involuntário de famílias, portanto, não será acionada a Política Operativa de Reassentamento Involuntário de Famílias do BID (OP-710). Espera-se que a grande maioria dos impactos do projeto sejam positivos, uma vez que as atividades visam a conservação da biodiversidade e o engajamento de comunidades locais para a obtenção deste resultado. Entretanto as ações devem ser monitoradas para garantir o cumprimento das seguintes Políticas Operacionais:

OP-102	Acesso à Informação
OP-761	Igualdade de Gênero no Desenvolvimento
OP-765	Povos Indígenas
OP-703	Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas

A responsabilidade para a implementação e monitoramento das Políticas de Salvaguardas é compartilhada entre as diversas instâncias do projeto (cf. fluxograma pagina 47):

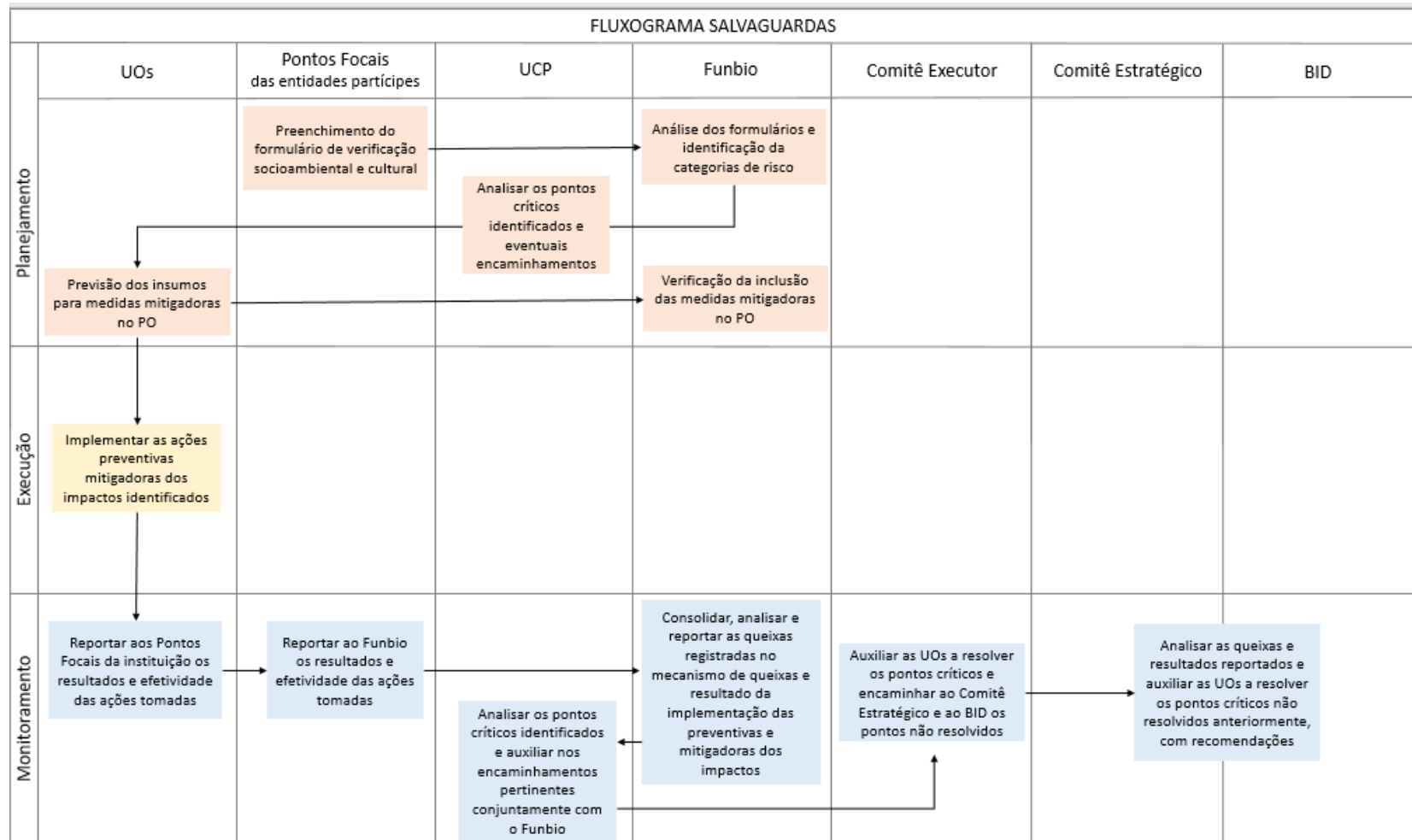
- 1º Nível - Gestores das Unidades de Conservação, juntamente com o Conselho da UC.
- 2º Nível – Unidades Operativas (ICMBio; Órgãos Estaduais do Meio Ambiente, JBRJ), representados pelo ponto focal da instituição no Projeto.
- 3º Nível – Unidades de Coordenação (MMA) e Gestão do Projeto (FUNBIO)
- 4º Nível - Comitê Consultivo do Projeto (eventuais pontos críticos serão levados a este Comitê para discussão das medidas necessárias)
- 5º Nível – Comitê Estratégico (se necessário)
- 6º Nível – BID

O FUNBIO e a UCP/MMA farão a análise das ações descritas e das medidas mitigadoras propostas. Com base na categoria de impacto e nível de risco serão avaliadas se as medidas mitigadoras estão adequadas e estas terão sua implementação monitorada por meio dos relatórios semestrais. Para identificação dos impactos, planejamento das medidas mitigadoras e monitoramento das Salvaguardas, deve ser consultada a tabela e do AAS, que apresenta potenciais impactos positivos e negativos do Projeto por Componente, medidas relacionadas e classificação do risco.

Vale ressaltar que as propostas de UCs que recebem apoio do Projeto no âmbito do Componente 1 (independente da categoria proposta) poderão receber apoio para estudos fundiários (Parágrafo 27 do PGAS). Caso estes estudos indiquem a necessidade de realocação de pessoas e desapropriação no futuro, o Projeto GEF Terrestre cessará o apoio àquela área.

As UCs que recebem apoio do Projeto no âmbito do Componente 2 que tenham processos de regularização fundiária em andamento (Parágrafo 29 do PGAS) poderão seguir normalmente com esta atividade com recursos próprios ou de outras fontes e poderão ter o apoio do Projeto para outras ações que não estejam relacionadas a este processo. No Componente 2, as UCs de categorias que não permitem ocupação humana e cujo processo de regularização fundiária ainda não tenha sido iniciado, poderão receber apoio do Projeto para outras ações, desde que não vinculadas à regularização fundiária.

FIGURA 8. FLUXOGRAMA PARA IDENTIFICAÇÃO E GESTÃO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E CULTURAIS.



¹ Havendo questões de salvaguardas a serem tratadas, o BID participará da reunião do Comitê estratégico.

Procedimentos detalhados para avaliação e mitigação dos impactos

<u>Etapa</u>	<u>Fase</u>	<u>Ação</u>	<u>Quem executa</u>	<u>Periodicidade</u>
1	Pré-Planejamento	Capacitação dos gestores (políticas operacionais do BID, o PGAS, impactos e procedimentos)	UCP, BID e FUNBIO	Bianual (início e meio termo)
2	Planejamento	Identificar impactos relacionados às atividades propostas (preenchimento do formulário de verificação socioambiental e cultural)	Ponto focal mediante consulta aos gestores	Bianual ou sempre que forem inseridas ações com impactos ainda não relatados
3	Planejamento	Análise dos formulários de verificação socioambiental e cultural	UCP e FUNBIO	Bianual ou sempre que forem inseridas ações com impactos ainda não relatados
4	Planejamento	validação do preenchimento	UCP	Bianual ou sempre que forem inseridas ações com impactos ainda não relatados
5	Planejamento	Planejar atividades para mitigar impactos negativos e potencializar impactos positivos (prever insumos no PO, se necessário)	Gestores	Bianual ou sempre que forem inseridas ações com impactos ainda não relatados
6	Planejamento	Verificar se atividades preventivas ou mitigadoras dos impactos negativos foram incluídas no PO	UCP e FUNBIO	Bianual ou sempre que forem inseridas ações com impactos ainda não relatados
7	Execução	Implementar as ações preventivas, mitigadoras dos impactos identificados	Gestores de UCs e parceiros locais	Sempre que forem necessárias
8	Monitoramento	Reportar ao Pontos Focal da instituição sobre os resultados e efetividade das ações tomadas	Gestores de UCs	Semestral
9	Monitoramento	Reportar à UCP e FUNBIO, por meio dos relatórios de progresso,	Ponto focal da instituição	Semestral

<u>Etapa</u>	<u>Fase</u>	<u>Ação</u>	<u>Quem executa</u>	<u>Periodicidade</u>
		os resultados e efetividade das ações tomadas		
10	Monitoramento	Consolidar, analisar e reportar à UCP as queixas registradas no mecanismo de queixas do FUNBIO	FUNBIO	Semestral
11	Monitoramento	Avaliar as queixas ou pontos críticos que devem ser levados ao Comitê Consultivo	UCP e FUNBIO	Anual
12	Monitoramento	Auxiliar as Unidades Operativas a resolver os pontos críticos e encaminhar ao Comitê Estratégico os pontos não resolvidos	Comitê Consultivo	Semestral
13	Monitoramento	Analisar e deliberar sobre pontos críticos	Comitê Estratégico	Anual ou sempre que necessário

Procedimento de Reclamos e gestão de conflitos

Perguntas, dúvidas, queixas, denúncias ou elogios ao Projeto podem ser comunicados pelo Sistema de Queixas, Controle e Responsabilidade, estabelecido no FUNBIO, para as salvaguardas ambientais e sociais. Essa ferramenta permite o monitoramento de riscos reais e potenciais, e garante o devido cumprimento da Política de Salvaguardas Ambientais e Sociais do Projeto. Este Sistema está consubstanciado na Procedimento 08/2013 do FUNBIO disponível no Anexo 9.

12. VALIDAÇÃO, REVISÃO E DIVULGAÇÃO DO MANUAL

As diretrizes deste Manual serão de uso obrigatório durante a execução do GEF Terrestre.

Qualquer alteração ou adequação do conteúdo deste Manual durante a execução do GEF Terrestre deve contar formalmente com a não-objeção dada pelo BID, que consultará a quem considere relevante e realizará as análises que considere pertinente antes de se pronunciar a respeito de qualquer modificação proposta.

Uma vez que a necessidade de adequação for confirmada, uma nova versão do Manual destacando as modificações feitas e respeitando a convenção estabelecida na Codificação indicada no início do Manual, deverá ser validada, de acordo com o procedimento previamente adotado.

O Manual deverá ser divulgado a todo o pessoal envolvido diretamente na implantação do GEF Terrestre e demais órgãos, direta e indiretamente envolvidos na execução do Projeto, como se segue:

- a. Distribuição interna do documento, para o conhecimento de seu conteúdo;
- b. Apresentação as equipes diretamente envolvidas com a execução do projeto das entidades participantes da execução do Projeto (SBIO/MMA, ICMBio, JBRJ, FUNBIO, OEMAs, etc), contratados e demais participantes, consultores e demais entidades e indivíduos envolvidos na execução do GEF Terrestre, para orientação sobre o seu conteúdo; e
- c. Divulgação do Manual através do Portal do MMA na Internet.